

## 6 Análise do comportamento sintático-discursivo do pronome *lhe*

Neste capítulo, vamo-nos ocupar com a análise de nossos *corpora*. Em princípio, apresentaremos nossos pressupostos teóricos e procedimento de análise. Em seguida, damos a conhecer a constituição de nossos *corpora* e os justificamos.

Instamos em que o princípio que norteia nossa análise é o da “previsibilidade valencial”, ou seja, o valor actancial ou não-actancial (circunstancial) de um constituinte frasal dependerá da valência do verbo: a valência do verbo deve prever um espaço que potencialmente pode ser preenchido pelo constituinte em pauta. Para efeito de análise deste trabalho, importa saber se o “*lhe*” faz referência a um constituinte de valor actancial – ou, em outras palavras, se o “*lhe*” é um actante -, ou se faz referência a um constituinte de valor não-actancial, ou seja, não previsto pela valência do verbo. Para tanto, é preciso fazer saber o estado-de-coisas designado pelo verbo e observar se sua valência prevê todos os participantes da “ação”, “evento”, “processo”, “estado”, etc. designado. Uma vez se referindo o “*lhe*” a um constituinte que represente um participante implicado no estado-de-coisas designado pelo verbo, diremos desse “*lhe*” se tratar de um actante; uma vez referindo-se o pronome a um constituinte que represente um participante que não está implicado no estado-de-coisas designado, diremos do “*lhe*” que é um não-actante (ou circunstante). Lembramos que, entre os actantes, há os que são mais facilmente calados, por força da situação discursiva, e os que não se prestam facilmente à supressão, excetuando-se os casos de elipse discursiva, em que o constituinte suprimido pode ser recuperado.

A análise de nosso objeto de estudo será realizada de acordo com os seguintes aspectos morfossintáticos, sintáticos e semânticos:

- Tipo de preposição que encabeça o complemento verbal (“a”, “para”, “em”, etc.);

Exemplos: dar um presente **A** ALGUÉM (dar-**lhe** um presente).

Dar um soco **EM** ALGUÉM (dar-**lhe** um soco).

Bater **EM** ALGUÉM (bater-**lhe**)

- Tipo de verbo – **suporte** ou **pleno**: o verbo-suporte é semanticamente esvaziado e forma com o seu complemento um complexo sintático que, muita vez, corresponde, do ponto de vista da experiência comunicada, a um verbo simples ou pleno; o verbo pleno não forma (aspecto essencialmente sintático) com seu complemento um complexo sintático: ambos são autônomos semanticamente;

Exemplos: Luís deu a prova ao irmão, antes de sair (com verbo pleno).

Luís **deu um beijo na irmã** (com verbo-suporte).

Pedro **deu um banho no cachorro** (com verbo-suporte).

Discriminamos os casos em que se verifica um verbo simples acompanhado de seu complemento (nesse caso, tanto o verbo quanto o complemento têm ‘independência semântica’) e os casos em que o verbo e o seu complemento formam juntos um complexo sintático qualquer (casos em que se nota o chamado verbo-suporte ou uma expressão cristalizada). À questão dos verbos-suporte e expressões cristalizadas deter-nos-emos mais adiante. Outrossim, aqui, importa reconhecer a estrutura relacional do verbo.

Para efeito de análise, importa meditar sobre a ocorrência do “lhe” nas seguintes frases:

(I) Felipe deu um relógio importado **ao seu irmão** (lhe). Felipe deu-**lhe** um relógio importado.

(J) Felipe **deu um banho no seu cachorro** (lhe). Felipe deu-**lhe** um banho.

(L) Estudar para a prova de matemática foi difícil **a / para Felipe**. Estudar para a prova de matemática **lhe** foi difícil.

- O papel temático do termo preposicionado, sobretudo do complemento a que se chama tradicionalmente “objeto indireto”, bem como o traço sêmico ([animado], [inanimado], [humano], [não-humano]) do substantivo que desempenha seja a função de objeto indireto, seja outra função qualquer;

Portanto, no que toca a esse último aspecto (semântico), levam-se em conta os casos em que o objeto indireto é representado por substantivo [- animado], conforme veremos mais adiante. O “dativo de posse” também pode ser representado por substantivo [-animado].

Dada a complexidade de nosso objeto de estudo, foi-nos necessário distinguir esses aspectos, a fim de que não nos escape ao exame. Evidentemente, a teoria proposta aqui não esgota o assunto; faz, senão, um recorte do objeto observacional que nos parece, no momento, mais adequado. O estudo está assentado na separação e investigação dos aspectos formais e semânticos do comportamento sintático-discursivo do pronome “lhe”.

Na próxima seção, apresentamos a constituição de nossos *corpora*. Em seguida, vamos apreciar o conceito de “verbo-suporte” e “expressão cristalizada”, consoante a lição de Maria Helena de Moura Neves (2000) e de Busse e Vilela (1986)..

## 6.1 Os *Corpora*

Um *corpus* encerra exemplos colhidos de contos de Machado de Assis (“O espelho”, “A Cartomante”, “Uns Braços”, “Pai contra Mãe”, “Miss Dólar”), contos de Carlos Drummond de Andrade (“A Salvação da Alma”, “Maneira de Amar”, “O Sorvete”, “A Melhor Opção”, “A Doida”, “O Novo Dicionário”, “Câmara Secreta”), dos livros “A Hora da Estrela” e “A Paixão Segundo G.H.”, de Clarice Lispector e do livro “São Bernardo”, de Graciliano Ramos. Como se vê, o *corpus* compreende textos da variedade literária do português brasileiro, visto que os usos do pronome “lhe” que nos interessam são muito comuns nessa variedade da língua. Destarte, não nos ocupamos do uso do “lhe” como objeto direto – comum na variedade coloquial da língua falada.

Oportunamente, teremos a necessidade de ampliar nosso *corpus*, com vistas a dar testemunho do uso do “lhe” como substituto anafórico de substantivos [-animado]. Foram poucos os registros desse fenômeno nas obras literárias supramencionadas; ademais, como são textos literários, levamos em conta a influência de tropos de linguagem (tais como, a personificação). A fim de que o fenômeno em questão fosse deveras atestado, recorreremos a alguns trabalhos de nossos lingüistas e gramáticos. Nesses trabalhos, os autores empregaram o “lhe” para fazer referência a substantivos [-animado]. Dentre os renomados autores de cujos trabalhos colhemos registros desse fenômeno, destaquem-se Mário Perini

(“Gramática Descritiva do Português”), Ingedore Koch, José Carlos de Azeredo, Evanildo Bechara, Mattoso Câmara Jr., Margarida Basílio, entre outros.

Esses trabalhos são vazados na variedade formal do português, de modo que pensamos ser mais adequado dizer que nossos *corpora* encerram textos escritos na variedade formal do português.

## 6.2 Verbo Suporte e Expressão Cristalizada

À página 53 de sua obra *Gramática de Usos do Português* (2000), Maria Helena de Moura Neves dá-nos a conhecer o conceito de “verbo-suporte”:

“(...) são **verbos** de significado bastante esvaziado que formam com seu **complemento** (objeto direto), um significado global, geralmente correspondente ao que tem um outro **verbo** da língua”.

(grifo no original)

Os seguintes exemplos são apresentados pela autora:

*Odete* **DEU UM GRITO**, *alguém acenda a luz..* (CE)

(= *gritou*)

*Severino* **FEZ UM ACENO** *para o Cangaceiro.* (AC)

(= *acena*)

(grifo no original)

Neves observa, à página 54, que nem sempre há um verbo pleno correspondente a uma construção com verbo suporte. Dá-nos a saber o seguinte exemplo:

**DÁ UMA COTOVELADA** *em Chico* (AC).

(grifo no original)

À página 54, a autora descreve a forma das construções com verbo-suporte:

“a) um **verbo** com determinada natureza **semântica** básica, que funciona como instrumento **morfológico** e **sintático** na construção do **predicado**”.

b) um **sintagma nominal** que entra em composição com o **verbo** para configurar o sentido do todo, bem como para determinar os **papéis temáticos** da **predicação**.”

(grifo no original)

Segundo a autora, a caracterização referida acima se aplica a um conjunto variado de construções, algumas das quais se podem incluir entre as construções prototípicas, que, por sua vez, incluem um sintagma nominal não-referencial; de

sorte que o complemento típico do verbo-suporte é representado por um substantivo desacompanhado de determinante. Cite-se um exemplo da autora:

*“A alquimia **DEU ORIGEM** à arte real (AQL)”*  
(grifo no original)

Os verbos-suporte mais comuns são “dar”, “fazer”, “levar”, “tomar”, “pôr”, “ter”, e “soltar”. Esses verbos podem funcionar como “verbos plenos”, a saber, “[verbos] de alta carga de significação” (Neves, 2000: 55), quando seu complemento é um sintagma nominal referencial. Citem-se estes dois exemplos da autora:

*“Eu não lhe **DERA A CACETADA** pelas costas”. (PR)*  
(grifo no original)  
*“Sem temer represália das facções feministas mais exaltadas, Juca de Oliveira **FAZ UMA DECLARAÇÃO**, no mínimo, muito polêmica: “Quando há amor, há posse””. (AMI)*  
(grifo no original)

Há, segundo Neves, construções das quais entra a fazer parte um verbo semanticamente esvaziado acompanhado de seu complemento direto e que podem corresponder a um verbo simples, muito embora não sejam formadas de verbo-suporte, porquanto constituem “expressões cristalizadas”. Citem-se os seguintes exemplos da autora:

*“O homem **FAZ PARTE** da natureza”. (SL)*  
*“O suco da fruta, porém, **FAZ SUCESSO** no exterior”. (AGF)*  
(grifo no original)

Neves também observa que os verbos-suporte configuram diferentes estados-de-coisas, entre os quais os de “ação” (**dá um beijinho**), os de “processo” (**tomou conhecimento** do texto) e o de “estado” (não **tem noção** dos riscos).

O “verbo-suporte” também é denominado de “verbo funcional”, “verbo-geral”, “verbóide” e “verbalizador”.

Em sua obra *Gramática de Valências* (1986), Busse e Vilela, apresentam-nos o conceito de verbo-suporte, denominado na tradição alemã da gramática de valências de “verbo funcional”. Escrevem os autores, à página 81:

*“(…) designa-se por *verbos funcionais* os verbos que fazem parte de uma forma ampliada com um **substantivo deverbal** equivalente de modo mais ou menos aproximado ao de um verbo simples”.*

(grifo nosso)

Ao contrário de Neves, os autores referem-se a um aspecto morfológico do substantivo que funciona como complemento direto de um verbo-suporte (ou funcional): o substantivo é uma forma nominalizada do verbo. É claro que da maioria dos exemplos de Neves, alguns foram citados por nós, pode-se deduzir essa característica.

Também, ao contrário de Neves, Busse e Vilela admitem a possibilidade de o complemento de um verbo-suporte vir encabeçado de um determinante, sem que disso se conclua interpretar o verbo-suporte como um verbo pleno. Dentre as formas das construções com verbos-suporte, destaquem-se as construções com verbo “dar” seguido de substantivo formado de sufixo “-ada” (“dar X-ada” = “dar uma entrada”) e as construções com verbo “ter” (“ter em consideração”, “ter em conta”, “ter dúvidas acerca de”).

Como sejam comuns as construções “dar X-ada”, nas quais a forma nominalizada não é calcada num verbo (como em “dar uma cotovelada”, “dar uma dentada”), concordamos com Neves em não restringir as construções com verbo suporte aos casos em que o complemento é substantivo deverbal – conquanto reconhecamos (e a autora também) essa característica. Aliás, deve-se ter em conta que muitas formas em “-ada” veiculam ‘ato’, ‘resultado da ação’, ‘instrumento’ ou ‘meio da ação’, ainda que não sejam calcadas numa base verbal (cf. “pedrada”, “tesourada”, “martelada”, etc.). Por outro lado, concordamos com Busse e Vilela em não restringir os casos de verbo suporte a construções da qual fazem parte substantivos que cumprem a função de complemento, desacompanhados de determinantes; ou seja, pensamos em que, não obstante vir antecedido de determinante o substantivo que serve de complemento ao verbo-suporte (isto é, não obstante ter valor referencial), o verbo continua esvaziado semanticamente. Destarte, nesse caso, ainda há verbo-suporte.

No que toca a expressões cristalizadas, Neves, embora pareça querer distinguir entre expressões fixas construídas com verbos tipicamente chamados de “verbos-suporte” e construções com verbos-suporte, argumentando que pode haver construções com verbo esvaziado semanticamente acompanhado de seu objeto que **podem ser** parafraseadas com um verbo simples, muito embora não constituam construções com verbo-suporte, apresenta-nos mais de um exemplo cuja expressão cristalizada não corresponde a um verbo simples. Dois dentre os exemplos apresentados pela autora, foram citados na página 107, os outros são

referidos abaixo. Vale dizer que no exemplo “o homem **faz parte** da natureza”, a “faz parte” não corresponde, a rigor, o verbo “participar” (o significado desse verbo não é idêntico ao da construção perifrástica)<sup>28</sup>.

*“Por isso mesmo o adolescente não se compreende a si próprio inteiramente, porque não **FAZ IDÉIA** de suas crises e evoluções”.* (AE)

*“Outra curiosidade que Juca **FAZ QUESTÃO** de citar é a multa de quinhentos dólares, aplicada a quem jogar papel no chão”.*(AMI)

*“O suco de fruta, porém, **FAZ SUCESSO** no exterior”.* (AGP)

*“João Grilo depois que começou a enterrar cachorro então, **FAZ GOSTO**”.* (AC)

Note-se que não há verbo que corresponda semanticamente a “faz idéia”, “faz questão” e “faz sucesso”. Fique claro que não negamos, a princípio, a idéia de que sejam essas construções “fixas”, “cristalizadas”; todavia, a maioria dos exemplos citados dá testemunho de ocorrências de expressões cristalizadas que não correspondem a um verbo simples. Qual seria o critério pelo qual podemos distinguir entre “construções com verbo-suporte” e “expressões cristalizadas”? Neves afirma que certos tipos de construções com verbo esvaziado semanticamente “*podem até manter relações de paráfrase com verbo simples, mas que não constituem verbos-suporte* (Neves, 2000:54) (grifo no original)” – contudo, a maioria dos exemplos citados não admite a correspondência. Disso se conclui que as expressões cristalizadas, normalmente, não correspondem a um verbo simples? E, quando for possível tal correspondência, ainda assim continuarão a ser expressões cristalizadas? Como distinguir entre expressão cristalizada e construção com verbo suporte? Quiçá, por constituir-se a expressão de substantivo que não é necessariamente derivado de um verbo? Ou, por não admitir a inserção de um determinante?<sup>29</sup>

Decerto, pode-se dizer que as construções com verbo-suporte têm em comum um nome abstrato, que veicula, geralmente, idéias de ‘ação’ ou ‘resultado dela’, ou ainda o ‘instrumento ou meio da ação’, e que cumpre a função de “objeto direto”. Não se negue que se possam constituir de substantivo que designe ‘estado’ ou ‘evento’, como nos seguintes exemplos colhidos da obra de Neves (2000: 55):

*“Nunca **TEVE DIFICULDADE** em conviver com meu pai”.* (FA)

*“Seu Marra **TEM NOÇÃO** de hierarquia e tacto suficiente”.* (SA)

---

28. Veja-se a diferença de significado das frases “o homem participa da natureza”, “o homem faz parte da natureza” e “os contos participam da ficção”. Na primeira frase, o homem é um ser agente da natureza e não uma simples “parte” dela; na segunda, o homem é mais um dentre os seres que compõem a natureza; na terceira, os contos têm em comum com a ficção certas qualidades. Decerto, é possível permutar “participar” com “faz parte” na terceira frase, sem que disso resulte alteração do significado básico da frase; mas a distinção entre as duas primeiras frases se mantém.

29. Vale notar que “faz sucesso”, “faz questão”, embora não admitam determinantes identificadores (artigos definidos), admitem o determinante quantitativo “muito”, por exemplo: “Fulano faz **muita** questão de dizer onde se formou”; “O suco de fruta faz **muito** sucesso aqui na praia”. Ora, parece-nos que a possibilidade de interpor o quantitativo entre o verbo e o seu complemento indica não haver uma expressão cristalizada.

Em suma, em sua gramática, a autora não nos apresenta características pelas quais se pode distinguir entre “construções com verbo-suporte” e “expressões cristalizadas”; tão-somente informa-nos sobre o fato de essas expressões assemelharem-se formalmente a construções com verbo suporte. Ora, as construções com verbo suporte podem não encontrar correspondência com verbo simples; assim também, pensamos em que as expressões cristalizadas podem não corresponder a verbo simples.

Não obstante haver lacunas na lição de Neves, acima referida, em sua *Gramática de Usos*, detendo-nos à leitura do artigo intitulado *A delimitação das unidades lexicais: o caso das construções com verbo suporte*, da mesma autora, publicado na revista *Palavra* (1999: 98-114)<sup>30</sup>, observamos uma série de critérios pelos quais se procura distinguir entre “construções de verbo suporte” e “expressões cristalizadas, e entre estas e “construções de verbo + objeto”. Nesse artigo, observa Neves que as “expressões cristalizadas” (ou fossilizadas) e as “construções de verbo + objeto” constituem dois pontos extremados no *continuum* variado das construções sintáticas: nas expressões cristalizadas, há forte aderência entre as unidades constitutivas; nas construções formadas por “verbo + objeto”, os elementos envolvidos cumprem funções independentes na estrutura argumental (o verbo é o predicado; o objeto, o argumento) e apresentam individualidade semântica. Entre esses dois extremos, medeia uma seqüência de graus de aderência entre os elementos constitutivos da construção sintática. Os “verbos-suporte” incluem-se entre esses dois extremos.

Cumpramos dizer que procuraremos não nos exceder em discussão teórica nesse ponto; observações críticas serão válidas, caso algumas das questões ventiladas por Neves, com serem pouco claras, possam acarretar alguma dificuldade para a interpretação de certos dados de nossa análise. Não obstante, circunscrevemo-nos, por ora, a referir os critérios apresentados pela autora, com vistas à tentativa de distinção entre os dois tipos de construção mencionados. Ponderamos em que a apresentação desses critérios atende às necessidades descritivas deste trabalho e satisfaz o nosso anseio por compreender melhor a natureza da estrutura das construções sintáticas em pauta.

Como já mencionamos, as expressões cristalizadas e as construções formadas por “verbo + objeto” constituem dois extremos, entre os quais medeiam as construções com verbo-suporte. Citem-se as características desses dois extremos. No tocante às expressões cristalizadas, importa considerar as seguintes características sintático-semânticas: 1) a coligação dos elementos é bastante fixa e não é possível ao falante interferir na ordem em que os elementos estão dispostos; 2) com serem verdadeiras “fórmulas”<sup>31</sup> de significado unitário, parece impossível suscitar a existência de um A2 (objeto direto); 3) são expressões cujos elementos estão extremamente “soldados”, de sorte que elas constituem um verdadeiro predicado (visto que são responsáveis por atribuir os papéis temáticos aos constituintes adjacentes); e 4) formam um “bloco cristalizado” cujo significado é unitário.

No tangente às expressões formadas por “verbo e objeto”, as quais constituem o segundo extremo, impõe-se atender às seguintes características: 1) essas combinações encerram verbo pleno e nome complemento; 2) nelas, os dois elementos cumprem funções independentes na estrutura valencial (o verbo é o “predicado” ou “predicador”; o nome, o actante).

---

30. *Palavra*/Departamento de Letras da PUC-Rio, nº 5, vol 1. gráfica Vozes – Petrópolis, RJ.

31. Jerpsen, 1924: 19. *apud*. Neves, 1999: 99.

Chamados de “verbos gerais”, os verbos-suporte são verbos esvaziados semanticamente, muito embora retenham um significado cuja contribuição para a interpretação do significado total da construção pode ser descrita. As construções com verbo-suporte ora se assemelham às construções cristalizadas, ora às construções formadas por “verbo e objeto”, consoante o grau de “gramaticalização” delas ou do verbo.

Referimos três exemplos colhidos do artigo de Neves, para ilustrar a ocorrência das construções vistas aqui. A autora, em nota, destaca que os exemplos provêm do Banco de Dados do Centro de Lexicografia da Faculdade de Ciências e Letras da UNESP (Campus de Araraquara) (Neves, 1999:112). É mister dizer que o primeiro exemplo dá testemunho do caso das expressões cristalizadas; o segundo refere-se ao caso das construções de “verbo e objeto”, e o terceiro diz respeito ao caso de construção com verbo-suporte.

“*Acho que vou **dar um pulo** até a casa do tio Baltazar (SRB)*”.

“*A oposição tentará **findar propostas***”. (VEJ)

“*Tenório dá **uma olhada** no jornal*”. (I)

(grifo no original)

Vamos preterir, por ora, quaisquer considerações. Atentaremos, doravante, para a apresentação dos critérios por que se podem diferenciar aquelas construções.

A proposição de Neves está assentada nas propostas de Gross e Vivès (1986: 14-15. *apud.* Neves, p.100), a quem devemos o conhecimento de três critérios sintáticos pelos quais se pode distinguir entre as construções de verbo-suporte e as construções formadas por “verbo e objeto”, segundo Neves. No artigo em que nos baseamos, a autora apresenta sumariamente as bases desses critérios. Igualmente importante é a contribuição do gerativista Radford (1988: 89-104. *apud.* Neves, p.100), a quem devemos a possibilidade de determinar se uma dada construção se comporta como um constituinte ou não. São estes os critérios (ou testes) propostos por Radford, mediante os quais podemos avaliar o comportamento sintático de uma construção: a “distribuição”, a “anteposição”, a “posposição”, a “coordenação”, a “intercalação de advérbios”, a “elipse”. Esses critérios importam à tentativa de distinção entre as expressões cristalizadas e as construções de verbo-suporte. Neves procura empreender essa tarefa valendo-se desses critérios.

Os três critérios de Gross e Viès podem ser sintetizados assim: 1º critério – é impossível atrelar ao nome que serve de complemento ao verbo-suporte um constituinte formado por “de + nome humano”, de valor possessivo, ou um pronome possessivo (cf. \* *O falante deu um riso do falante/seu* (Neves, 1999:100)); 2º critério – aplicando-se o procedimento de “clivagem”<sup>32</sup>, pode-se analisar de dois modos diferentes o complemento do verbo-suporte, quando a esse complemento se atrela uma estrutura do tipo “Prep. + SN”; 3º critério – a oração constituída por um verbo-suporte, quando do apagamento desse tipo de verbo, pode corresponder a um SN, o qual, a seu turno, é constituído pela estrutura “de + SN”. O núcleo do sintagma nominal “superior” é o nome-complemento do verbo-suporte; o núcleo do sintagma nominal que se liga à preposição é o sujeito da oração com verbo-suporte. (cf. Júnior **deu um riso** agradável / o *riso de Júnior* (foi agradável)).

Alguns exemplos bastam para ilustrar o emprego desses critérios. Lembramos que os exemplos são colhidos do artigo de Neves.

“\* *O falante deu um riso do falante/seu.*”

“*É uma olhada no jornal QUE o Tenório dá.*”

“*É uma olhada QUE o Tenório dá no jornal.*”

“*Tenório dá uma olhada no jornal / a olhada de Tenório no jornal.*”

O primeiro exemplo dá-nos testemunho da impossibilidade de atrelar a estrutura “de + nome humano/possessivo” ao complemento do verbo-suporte, o que nos leva a concluir se tratar de uma construção de verbo-suporte. Sucede diferente com as construções formadas por “verbo (pleno) e objeto”, as quais, portanto, admitem a articulação daquela estrutura com o objeto (cf. *O Sr. Goulart acredita que diluirá as responsabilidades / O Sr. Goulart acredita que diluirá as responsabilidades deles/suas*).

Os segundo e terceiro exemplos ilustram o critério da dupla possibilidade de análise do complemento do verbo-suporte, mediante a aplicação do recurso de “clivagem”. No segundo exemplo, “no jornal” é parte integrante do elemento em foco “uma olhada no jornal”; nesse caso, “no jornal” pode ser entendido como um “complemento” do conjunto “dar uma olhada”<sup>33</sup> (esse complexo relativamente coeso seleciona a unidade “no jornal”). No terceiro exemplo, “no jornal” relaciona-se a “uma olhada”; deveras, pode ser considerado um complemento do

nome “olhada”. Assim, “no jornal” pode ser complemento tanto de “dar uma olhada” quanto de “olhada”.

Finalmente, a quarta frase patenteia a validade do terceiro critério, a saber, a correspondência entre a construção de verbo-suporte e um SN, a que se prende a estrutura “de + SN”. Note-se que, no exemplo em questão, a unidade “a olhada de Tenório” resulta do apagamento do verbo-suporte e da reprodução do sujeito do verbo-suporte na forma “de + SN”. Consoante observa Neves (p. 102), a relevância desse critério repousa no fato de as construções com verbo-suporte serem fonte de nominalizações.

Cumprir observar que o segundo critério não se presta à aplicação no caso das construções de verbo pleno, segundo Neves. Como não apresentasse exemplo algum, não foi possível confirmar a validade de seu pensamento. Cabe lembrar que, por esse critério, procura-se avaliar o grau de pertinência sintática do complemento do nome-objeto do verbo-suporte a toda a expressão. Também no âmbito das construções com verbo-suporte, casos há em que a validade do critério depende de certas condições estruturais, ou é até questionável. Não nos delongaremos nesse ponto, porquanto implicaria digressão; ademais, escapa ao escopo desse trabalho qualquer incursão nesse domínio do estudo lexical.

Intentando abreviar essa seção, limitar-nos-emos a mencionar apenas três dos sete testes propostos por Radorf, visto que a aplicação de todos eles aos dados lingüísticos confluirá para duas conclusões gerais, que nos interessam para efeito de fundamentação de nossa análise. Procuraremos também não nos exceder na exemplificação. Os exemplos que seguem foram todos apresentados por Neves. Vale lembrar que por estes testes procura-se distinguir entre as construções de verbo-suporte e as expressões cristalizadas. Os testes incidem sobre o elemento na posição de objeto do verbo, a fim de se verificar se é ou não um constituinte; e, quando possível, também incidem sobre o conjunto “verbo + objeto”, para cumprirem a mesma finalidade.

TESTE 1 – distribuição: se o nome-objeto tiver a mesma distribuição de outro elemento determinado, então o nome-objeto é um constituinte.

*“E então o falante deu **um riso [um sorriso]** e soltou a injúria suprema”.* (p. 104)

Esse exemplo ilustra, segundo a autora, um caso de construção de verbo-suporte. Procurando distinguir entre as construções de verbo-suporte e as

expressões cristalizadas, o teste não se aplica no caso destas últimas. Segue-se um exemplo de caso de expressão cristalizada.

“*Acho que vou dar **um pulo** [dar um...?...] até a casa do tio Baltazar*”.

Nos dois exemplos, o teste incidiu sobre o objeto do verbo. Quando aplicado a toda a construção, o teste é válido tanto nos casos de construção com verbo-suporte quanto nos casos de expressões cristalizadas. Disso se segue que, quando o teste incide sobre toda a construção, os dois tipos de construção – a do verbo-suporte e a cristalizada – comportam-se gramaticalmente de modo idêntico: são constituintes da oração (SV). São exemplos disso as seguintes frases:

“*E então o falante **deu um riso** [riu] e soltou a injúria suprema*”.

“*Dona Caropita **deu as costas** [virour-se], foi-se embora às pressas*”.

Lembramos que a primeira das construções acima constitui um exemplo de construção com verbo-suporte; a segunda, um exemplo de expressão cristalizada – consoante a autora.

32. A “Clivagem” implica uma relação formal relativamente complexa, a qual “envolve o elemento clivado, o acréscimo do verbo *ser* no mesmo tempo do verbo original e o acréscimo de *que* ou *quem*” (Perini, 2004: 215). Também denominada de “focalização” por Azeredo (2004: 183, seção 365), a clivagem está implicada na noção de “correspondência”.

33. Essa é a análise proposta pela autora. No entanto, poder-se-ia sugerir simplesmente a interdependência entre “no jornal” e “olhada”, já que, em outros contextos sintáticos, esses dois elementos podem-se combinar (cf. A olhada no jornal que Fulano deu foi muito engraçada / A sua olhada no jornal foi algo engraçada/ A olhada no jornal desse menino não dá nem pro gasto). É claro que, admitindo-se, essa análise “no jornal” deverá ser encarado como um “constituente autônomo” (e não parte de um constituinte).

TESTE 2 – deslocamento: podendo ser deslocado para outra(s) posição(ões), o elemento será considerado um constituinte (ou sintagma).

*“E então o falante **um riso deu** e voltou a injúria suprema”.*  
*“Tenório **uma olhada dá** no jornal”.*

A autora precede os exemplos supracitados com o sinal de “baixa aceitação” (?) e observa que, embora não sejam usuais – disso se conclui a sua estranheza -, são gramaticalmente possíveis. A frase abaixo é um caso de expressão cristalizada, segundo a autora. O teste aí não se aplica.

*“Acho que vou **um pulo dar** até a casa do Rio de Janeiro”.*  
*“O Capitão Aparício **cabeça tem** para tudo.”*

Conquanto não fosse nosso objetivo, consoante já enfatizamos, descer a pormenores, não podemos deixar de notar que nos dois casos a inversão não parece satisfazer ao gênio do usuário da língua. Cremos que grande parte dos usuários da língua hesitaria no julgamento da aceitabilidade dessas inversões. Para nós, a inversão nos dois casos é “estranha”. Do ponto de vista gramatical, a inversão (nos dois casos) constitui uma virtualidade do sistema (afinal, trata-se da inversão da ordem “verbo-objeto”, que o português admite com certa regularidade). O problema repousa na investigação do grau de aceitabilidade dessas inversões, num e noutro caso. Estruturalmente, as construções não apresentam restrições à possibilidade de deslocamento do objeto. Em suma, é uma questão de “uso”, que deve ser avaliada relativamente ao grau de aceitabilidade dos usuários da língua.

Acrescente-se que a inversão, em certas condições sintático-discursivas, é possível (cf. “Cabeça ele tem, o que não tem é vergonha”). Nesse exemplo, pensamos em que a topicalização (Azeredo, 2002:183-184, seção 365) do constituinte “cabeça” é motivada, entre outras coisas, por uma retificação discursiva, por referência anafórica (cf. Falante A: Esse garoto não tem cabeça... é desajuizado... / Falante B: Não... Cabeça ele tem, o que não tem é vergonha).

Esperamos tenha ficado claro o nosso ponto de vista: a inversão da ordem “verbo-objeto” na construção em pauta é possível, mas em certas condições sintático-discursivas. No esquema sintático “sujeito-verbo-objeto”, que é deduzido do exemplo de Neves, a inversão não parece natural. Ademais, é preciso reconhecer que o critério de deslocamento sintático deve ser empregado com certo

cuidado, já que muitas “inversões” são motivadas não só por fatores de ordem gramatical, mas, mormente, de ordem estilístico-discursiva. Cuidamos que, nessa matéria, a discussão não pode prescindir da situação discursiva e dos recursos expressivos de que se valem os falantes quando do uso da língua.

TESTE 3 – coordenação: se o elemento admitir coordenação com outra unidade, haverá identidade funcional<sup>34</sup> entre ambos.

*“E então o falante **deu um riso e um olhar** e soltou a injúria suprema”.*

O exemplo anterior constitui um caso de “verbo-suporte”, segundo Neves. O teste se demonstra válido aí. Nas frases abaixo, porém, as quais constituem casos de expressão cristalizada, não é aplicável.

*“Acho que vou **dar um pulo** e [um?...] até a casa do tio Baltazar”..*

*“O Capitão Aparício **tem cabeça** e [...?...] para tudo.”*

*“Dona Caropita **deu as costas** e [...?...] foi-se embora às pressas”.*

Novamente aqui, o ponto de vista da autora não é muito claro. Vale perguntar que entende Neves por “é um constituinte do mesmo tipo daquele com o qual coordena” (p.107). Pensamos em que a autora entende por “ser do mesmo tipo” a propriedade de dois constituintes pertencerem à mesma classe funcional (no sentido de Bloomfield). Assim, só podemos coordenar unidades que têm a mesma distribuição na cadeia sintagmática. Em “Os meninos vestiram as meias e os sapatos e saíram”, “as meias” e “os sapatos” são coordenados porque têm a mesma distribuição sintática (ocupam a posição de objeto direto do verbo “vestir”). Assim também, podemos coordenar “vestiram as meias e os sapatos” e “saíram”, porque ambas as unidades pertencem à mesma classe funcional ou sintática (são sintagmas verbais). Por outro lado, não se pode coordenar “aos domingos” com “o terço”, em “\* Elias reza o terço e aos domingos”, porque não pertencem à mesma classe funcional (ou sintática).

Tendo em conta o exposto, atentemos ao primeiro exemplo de Neves novamente. Ora, o não ser possível a coordenação de “um pulo” com outro elemento (como sugerem as reticências entre colchetes) carece de explicação. Veja-se que, na oração a que nos referimos, “pulo” pode coordenar-se com “uma olhada” (cf. “... *dar um pulo e **uma olhada na casa do tio Baltazar***”), porque ambos pertencem à mesma classe sintática (ambos preenchem a posição de

“objeto direto”). Nesse caso, a “um pulo” e “uma olhada” pode subordinar-se um mesmo constituinte introduzido pela preposição “em” (“na casa do tio Baltazar”). Poder-se-ia pensar aí numa coordenação entre dois sintagmas verbais: o segundo dois quais com a elipse do verbo (“dar um pulo e (dar) uma olhada...”). De qualquer maneira, a coordenação é possível porque ambos os constituintes pertencem à mesma classe sintática. Todavia, nos casos em questão, o teste proposto por Neves aplica-se ao “objeto” do verbo, e não a toda a construção.

Cabe, contudo, um esclarecimento: a autora entende a construção “dar uma olhada” como um caso de construção com verbo suporte e “dar um pulo” como um caso de expressão cristalizada. Assim, supondo a elipse do verbo, coordenar-se-iam duas unidades, supostamente, diferentes, do ponto de vista mórfico-semântico, porque ambas funcionam como sintagmas verbais.

Atente-se ao segundo exemplo. Se aproveitarmos da expressão “ter tempo” (cristalizada ??) (“Fulano não **tem tempo** para nada”) o substantivo “tempo”, é possível operar a coordenação com “cabeça” (... *Aparício tem cabeça e **tempo para tudo***). É claro que “ter cabeça para” (= ‘ter perspicácia, paciência’) e “ter tempo para” (= ‘dispor de tempo, poder ocupar-se com’) veiculam significados diferentes, mas os substantivos dessas construções podem coordenar-se, porque preenchem a mesma função (a de objeto direto). Também, aqui, poder-se-ia pensar na coordenação de dois sintagmas verbais: o segundo deles com a elipse do verbo. A coordenação é possível também, porque ambos pertencem à mesma classe sintática (ambos são sintagmas verbais).

Ressalte-se que, aplicado ao conjunto “verbo + objeto”, já no caso de verbo-suporte, já no caso de expressão cristalizada, o teste revela-se válido.

“*deu um riso e falou*”

“*vou dar um pulo e visitar*”.

A primeira destas frases constitui, segundo a proposta de Neves, um caso de “verbo-suporte”; a segunda, de “expressão cristalizada”.

Ora, como se vê, a possibilidade de coordenar as unidades em negrito indica serem ambas pertencentes à mesma classe funcional; são, pois, sintagmas verbais.

Aplicado ao constituinte que funciona como “objeto”, como em “dar um pulo e uma olhada”, ainda que interpretemos esse caso como de coordenação de dois “objetos”, também devemos admitir que “dar um pulo” pertence à mesma

classe morfossintática de “dar uma olhada”; afinal, não seria lícito supor que o falante “extraí” de uma construção do tipo x o seu objeto para coordená-lo ao objeto de uma construção de tipo diferente. Parece-nos que, uma vez admitindo a coordenação de dois objetos (“um pulo” e “uma olhada”), não se pode sustentar a idéia de que “dar um pulo” é uma expressão cristalizada, já que, segundo Neves, nesse tipo de construção “nem mesmo parece ser possível postular um SN em posição de objeto” (Neves, 1999: 99).

Nossa idéia se sustenta, quando da observação do segundo exemplo da autora. Podemos coordenar “ter cabeça” e “ter tempo”, supondo haver elipse do verbo “ter”, porque ambas as construções funcionam como sintagmas verbais; por outro lado, não supondo a elipse, ou seja, coordenados dois objetos, parece claro que “cabeça” e “tempo” são constituintes de um mesmo tipo de construção. Qualquer dúvida se esvai, quando comparamos as seguintes coordenações: “Fulano tem tempo e cabeça para tudo” / “Fulano tem chinelo, sandália e tênis”. Inserindo as unidades “chinelo”, “sandália” e “tênis” na oração anterior, coordenando-as a “tempo” e “cabeça”, o resultado é, no mínimo, “estranho” – possível, mas num contexto especial, do qual se deduz ironia, pilhéria (cf. (?) Fulano tem tempo, cabeça, chinelo, sandália e tênis para tudo). Semanticamente, do exemplo se deduzem dois universos incompatíveis: do conjunto “tem-chinelo-sandália-tênis” deduz-se a idéia de ‘posse’, e os objetos diretos indicam as “coisas possuídas”; por outro lado, do conjunto “tem-tempo-cabeça” não se deduz aquela idéia: “ter tempo” não equivale a “possuir tempo” e, do ponto de vista lógico, não se admite para “ter cabeça” a interpretação ‘possuir cabeça’. Em suma, o sentido que se deduz daqueles conjuntos não é, decerto, o mesmo, o que nos leva a concluir que o verbo a que estão subordinados “cabeça” e “tempo” não é, do ponto de vista sintático e semântico, o mesmo verbo a que se subordinam “chinelo”, “sandália” e “tênis”. Junto àqueles dois substantivos, “ter” forma um conjunto morfossintático de significado unitário; e os objetos “cabeça” e “tempo” compõe construções que devem ser incluídas numa mesma classe morfossintática.

Em suma, para efeito de distinção e classificação das construções em questão, não nos parece clara a pertinência do critério de coordenação. Esse teste permite-nos avaliar se duas unidades pertencem à mesma classe funcional. Coordenam-se duas unidades que têm identidade funcional. O teste, entretanto, não se demonstra satisfatório para diferenciar aquelas construções. Lembremos

que, quando é aplicado ao “objeto”, para investigar se é ou não um constituinte, o teste, como vimos, não resulta eficaz (podemos coordenar “um pulo” e “uma olhada”, ou “cabeça” e “tempo”). Quando aplicado a toda a construção, patenteia que os dois tipos de construção propostos não diferem.

Cabe salientar que Neves, ao aplicar o teste ao “objeto” daquelas construções, pretende investigar se o elemento nominal na função de “objeto” é um constituinte “do mesmo tipo daquele com o qual se coordena” (Neves, 1999: 107). Sugere que, nas construções com verbo-suporte, a possibilidade de coordenar os dois “objetos” implica o reconhecimento de que ambos são constituintes. Ora, em sendo constituintes, concluir-se-á, segundo a autora, que esses tipos de construção não formam um conjunto tão coeso quanto o caso das expressões cristalizadas. Por outro lado, a autora sugere que, no caso das expressões cristalizadas, a “impossibilidade” de coordenar dois elementos na posição de objeto, impõe-se reconhecer que o elemento na posição de objeto não é um tipo de constituinte; formaria com o verbo um “bloco” sintático, ou seja, um conjunto cujos elementos são bastante “aderentes”.

A autora sugere ser possível, portanto, diferenciar as construções pela aplicação do teste ao elemento que ocupa a posição de “objeto”, já que, quando incide sobre toda a construção, o teste não permite diferenciá-las. No entanto, como procuramos mostrar, mesmo aplicado ao “elemento-objeto”, o teste não parece assinalar diferença entre as construções; intuímos, contudo, diferença entre “dá uma olhada” e “tem cabeça” – diferença que parece justificar-se, por um lado, pelo viés gramatical: “olhada”, forma deverbal, combina-se com “dar”, do que resulta a construção “dar\_\_Xada” ; as formas “X(ada)” são, por isso, produtivas no português atual (Basílio, 2004: 43); ademais, indica certa ‘duração’ (embora rápida); por outro lado, do ponto de vista funcional (entendido, agora, na concepção funcionalista), por exemplo, típica da variedade coloquial da língua falada, a construção “dar uma olhada” emprega-se, normalmente, em situações em que não caberiam verbos como “investigar” ou ‘demorar-se’, dos quais se infere o traço [+ durativo] (cf. Falante A: Você leu o artigo? Falante B: não, só **dei uma olhada**, estava cansado, ou “Pedro olhou o carro (evento pontual) / Deu uma olhada no carro (com certa duração)). Com “dar uma olhada”, o falante informa que não se deteve na leitura do artigo, seus olhos apenas perpassaram pelo texto rapidamente, de modo que ele “deu uma lida”, mas não “fez uma leitura”.

Também é coloquial o uso da expressão “tem cabeça”, que é empregada em situações em que caberia, no registro formal, verbos ou perífrases verbais como “pacientar/ ter paciência”, ou formas como “é perspicaz”. Gramaticalmente, nota-se que o conjunto não permite a inserção de determinante, como artigo, e é constituído por uma forma simples (é, ao contrário de “olhada”, um substantivo simples e concreto). Assim é que, as expressões cristalizadas podem compor-se de substantivos de natureza morfológica diversa; ao contrário, as construções com verbo-suporte, parecem encerrar, via de regra, substantivo deverbal.

A aplicação de alguns dos testes propostos por Neves, exceto (parece-nos) o teste da coordenação, concorreria para corroborar ou refutar a nossa intuição.

A questão, como se vê, é complexa, e dela não nos podemos ocupar, ainda que já nos tenha rendido certo capricho. Esperando que nossas especulações, ainda que prematuras, não tenham sido vazias, reconhecemos que a aplicação do critério de coordenação para avaliar a natureza morfossintática daquelas construções carece de esclarecimentos.

---

34. O adjetivo “funcional” está empregado no sentido de Bloomfield em “A Set of Postulates for the Science of Language”, em *Language* 2, 153-164. Tivemos acesso à versão portuguesa, traduzida por Lígia M. Cavallari (In: Marcelo Dascal (org) *Fundamentos Metodológicos da Lingüística*. Vol 1: *Concepções Gerais da Teoria Lingüística*. São Paulo: Ed. Global Universitária, 1978, pp. 45-60).

Citem-se esses dois passos de Neves (1999:110), nos quais nos revela as conclusões a que chegou.

“a) Aplicando-se os testes ao elemento-objeto do verbo, verifica-se que os dois tipos de construções examinadas têm comportamento oposto: nas construções aqui propostas como fixas, esse elemento não é um “constituente”, isto é, não tem individualidade, compondo um todo com o verbo da construção. Nas construções aqui propostas como de verbo-suporte, por outro lado, esse elemento comporta-se como sintagma nominal, com lugar na estrutura de constituintes da oração”.

“b) Aplicando-se os testes ao conjunto da construção (verbo + objeto), verifica-se, diferentemente, que os dois tipos de construção têm o mesmo comportamento: em ambos os casos o conjunto se comporta como um constituinte da oração (sintagma verbal)”.

Na mesma página, no parágrafo seguinte, ao se referir a dificuldade de distinguir entre construções de verbo-suporte e expressões cristalizadas, Neves reconhece o seguinte:

“Com efeito, sob certos aspectos, elas [as construções de verbo-suporte] têm uma interface com as combinações fixas, com as quais, por exemplo – e salta aos olhos de qualquer leigo –, compartilham a condição de equivalência semântica com um verbo simples, isto é, a condição de unicidade semântica, vista no fato de que o significado da unidade formada não é diretamente correspondente à soma das partes”.

Levando-se em conta as palavras de Neves, pode parecer que, no que toca aos questionamentos que fizemos no início deste capítulo, atinentes à distinção, ou melhor, à dificuldade de distinção entre os dois tipos de construção, os critérios de cuja ausência nos ressentíamos não nos tenham aproveitado. No entanto, deve-se reconhecer que, aplicados ao elemento-objeto daquelas construções, os testes surtiram o efeito desejado: as construções de verbo-suporte se distinguem das expressões cristalizadas, pelo tipo de comportamento sintático do elemento-objeto, que funciona como “constituente”, no caso das construções de verbo-suporte, e como um elemento sem individualidade (um “não-constituente”), caso em que compõe um todo com o verbo da construção. É claro que aqui os testes foram aplicados sob o pressuposto segundo o qual essas construções já foram distinguidas, quando da discriminação de suas características; afinal, a própria autora assim escreve, à página 110:

“Se a verificação que, segundo Radford (1988), efetuei para os elementos que compõem as construções propostas como de verbo-suporte (...) e como expressões cristalizadas (...) estiver correta, pode-se concluir (...)”.

Acrescente-se que, como vimos, em parte, a aplicação de um ou outro teste nem sempre é clara; carece, pois, de explicação. Escusando os problemas, reconhecem-se as seguintes contribuições do trabalho de Neves à nossa descrição do comportamento sintático-discursivo do pronome “lhe”. Antes, porém, devemos salientar que as supostas “construções de verbo-suporte” ou “expressões cristalizadas” que parecem figurar numa seção de nossos *Corpora* não abundam, por um lado – o que nos escusa demasiadas complicações teóricas; por outro lado, constituem exemplos, de certo modo, triviais, que podem ser avaliados satisfatoriamente à luz das contribuições teóricas de Viés e Gross e Radford, colhidas de Neves e apresentadas aqui.

1ª relevância: no artigo, a autora, ao contrário do que sucede em sua obra gramatical, dispensa um tratamento mais cuidadoso sobre a questão. Veja-se que nos dá informações importantes sobre a constituição sintática daquelas construções;

2ª relevância: a maior relevância, provavelmente, seja o tratamento criterioso da questão. Uma vez conhecidos os critérios mais pertinentes para avaliar o comportamento gramatical daquelas construções, já dispomos de um instrumental do qual nos podemos socorrer, para fins de determinação do tipo de construções em que se pode achar o pronome “lhe”.

No que toca ao comportamento do “lhe”, há que notar sua versatilidade estrutural, a saber, pode entrar a fazer parte de construções bem variadas, sintática e semanticamente. Não obstante, seu comportamento é passível de descrição, em outras palavras, seu uso é bem sistemático. Aliás, depreender a sistematicidade de seu uso é o objetivo basilar de nosso trabalho. Na próxima seção, empreenderemos a tarefa.

### 6.3 A análise dos *Corpora*

#### 6.3.1 Verbos que se constroem tradicionalmente com o chamado *objeto indireto*

Propomo-nos a meditar sobre os casos tradicionais em que o pronome “lhe” funciona como “objeto indireto”. Cabe advertir que consideramos aqui o objeto indireto *stricto sensu*, a saber, aquele que, do ponto de vista formal, é encetado pela preposição “a” e, semanticamente, cumpre o papel temático de [destinatário], caso em que é representado por substantivo [+ humano]<sup>35</sup>. Essa concepção de objeto indireto se distingue da concepção mais tradicional (adotada por Cunha&Cintra (2001), por exemplo), sobretudo, pela possibilidade de permuta com “lhe”.

Procuraremos mostrar que a tradição, entre outras coisas, ignora o fato de o objeto indireto de certos verbos (verbos citados à farta nas gramáticas tradicionais) ser representado por substantivo [- animado] e de não desempenhar o papel temático típico (ou seja, o de destinatário). Esses casos são marginalizados na descrição tradicional, tacitamente ou não<sup>36</sup>. Todavia, não rareiam; mormente, quando o pronome “lhe” cumpre a função de dativo de posse (que, na tradição, é considerado um tipo de objeto indireto).

Os exemplos abaixo, nos quais destacamos o verbo e o pronome em negrito, dão-nos testemunho de casos em que o “lhe” é tradicionalmente um “objeto indireto”. São casos prototípicos – levando-se em conta o que a tradição nos ensina.

(1) (...) se querem ouvir-me calados, posso-**lhes contar** um caso de minha vida (...). (*O Espelho* – Machado de Assis)

(2) “A moça **pagou-lhe** a cortesia com um sorriso”. (*Pai contra mãe* – Machado de Assis)

(3) “Entrou, achou o farmacêutico, **pediu-lhe** a fineza de guardar a criança por um instante; viria buscá-la mais tarde”. (*Pai contra mãe* – Machado de Assis)

(4) “(...) e sentou-se ele também esperando que ela **lhe explicasse** a causa da vinda”. (*Miss Dólar* – Machado de Assis)

(5) “Na paz, Ester era nossa cliente; **vendíamos-lhe** estampas de decalcomania (...)”. (*A Salvação da Alma* – Carlos Drummond de Andrade)

(6) “O ex-diretor do *Correio* de Viçosa ergueu-se, atordoado (...). Sentei-me num banco e **apresentei-lhes** as letras”. (*São Bernardo* - Graciliano Ramos)

(7) “(...) a tia **lhe ensinara** que comer ovo fazia mal para o fígado”. (*A Hora da Estrela* - Clarice Lispector)

(8) “Quanto ao Padilha, eu sentia prazer em humilhá-lo **mostrando-lhe** os melhoramentos que introduzia na propriedade”. (*São Bernardo* – Graciliano Ramos)

Damos a saber a estrutura relacional desses verbos a seguir:

CONTAR - X contar Y a Z

PAGAR – X pagar Y a Z

PEDIR – X pedir Y a Z

EXPLICAR – X explicar Y a Z

VENDER – X vender Y a Z

APRESENTAR – X apresentar Y a Z

ENSINAR – X ensinar Y a Z

MOSTRAR – X mostrar Y a Z

---

35. Também se incluem nesse caso os substantivos que designam “animais”, sobretudo, as espécies “domesticadas”, como os cães e gatos. (substantivos [+ animado]) Contudo, como não registrássemos esses casos em nossos *corpora*, cuidamos melhor seria referir apenas o traço sêmico [+ humano], que, afinal, é a característica mais geral a que faz referência a tradição.

36. Embora não dispense um tratamento sistemático, Rocha Lima (2001: 248-251) quiçá seja um dos poucos autores “tradicionais” que fizeram considerações importantes no tocante à forma variada das construções em que figura o objeto indireto. Ademais, de certo modo, o autor reconhece que o objeto indireto desempenha papel temático diferente do papel de ‘destinatário’, ao se referir aos verbos unipessoais intransitivos que “regem” objeto indireto. O substantivo que funciona como objeto indireto, nesses casos, designa “a pessoa em que se manifesta a ação” (Lima, 2001: 251). Todavia, não há referência em Lima, tampouco nos outros gramáticos tradicionais, ao fato de o “lhe”, em certas variedades formais da língua escrita, referir-se a substantivos [- animado], na função tradicionalmente denominada de “objeto indireto”, como veremos.

Vejam-se, agora, os estados-de-coisas designados por eles:

CONTAR – institui um estado-de-coisas em que uma entidade X transmite informações (objeto) a uma entidade Z (destinatário);

PAGAR – institui um estado-de-coisas em que uma entidade X faz com que um “objeto” (de troca) passe à posse de Z (por algum tipo de serviço prestado por Z.)<sup>37</sup>

PEDIR – institui um estado-de-coisas em que uma entidade X transmite uma informação (‘objeto’), que é interpretado como um “pedido”, a uma entidade Z.

EXPLICAR – institui um estado-de-coisas em que uma entidade X transmite informações (‘objeto’) que servem para esclarecer algum fato, idéia, etc. a uma entidade Z.

VENDER – institui um estado-de-coisas em que uma entidade X (vendedor) transfere alguma coisa (objeto da compra) para a posse de Z (comprador).<sup>38</sup>

APRESENTAR – institui um estado-de-coisas em que uma entidade X dá a saber (expõe) alguma coisa (“idéias”, “documentos”, etc.) a uma entidade Z.

ENSINAR – institui um estado-de-coisas em que uma entidade X transmite “alguma coisa” (conhecimentos) a uma entidade Z.

MOSTRAR – institui um estado-de-coisas em que uma entidade X faz ver (ou saber) alguma coisa (‘objeto’) a uma entidade Z.

É mister considerar, em princípio, que a idéia de ‘transferência’ subjaz a todos aqueles estado-de-coisas, exceto os designados por “apresentar” e “mostrar”. No entanto, não se pense que constituam casos de “irregularidade”; deveras constituem outro “padrão” de referência de estado-de-coisas, aos quais podemos reunir verbos como “revelar”, “exibir”, “expor”, “manifestar”, etc. Todos esses verbos configuram um estado-de-coisas geral, que pode ser descrito, *grosso modo*, como ‘uma entidade X faz ver (ou saber) alguma coisa a uma entidade Z’. Poder-se-ia também, nesse caso, subentender uma idéia de “transferência”, mas não uma transferência objetiva, senão vista sob uma perspectiva subjetiva; em suma, poder-se-ia pensar aí numa “transferência cognitiva”, segundo a qual “um ‘dado’ da consciência de X (conhecimento) torna-se ‘dado’ de consciência de Z (conhecimento), quando da revelação do “objeto”. É claro que, diferentemente do que sucede no caso da transferência objetiva, na

“transferência cognitiva”, a entidade que “transfere” não deixa de “possuir” o que transferiu: ela apenas faz que a outra entidade compartilhe do mesmo conhecimento sobre o “objeto” posto em foco. Não nos pretendendo delongar nessa questão (interessante, decerto), podemos incluir o verbo “apresentar” (e seus correlatos) entre os verbos de cujo estado-de-coisas se pode deduzir algum tipo de ‘transferência’ ou ‘transmissão’. Esse recorte representa um nível mais “profundo” de abstração semântica; num nível mais “superficial”, podemos reuni-lo aos verbos que expressam o “objeto” como um elemento de percepção (visual). De outra perspectiva semântica – e evitando demasiada discussão – podemos dizer que ele se insere no campo semântico de “revelação”.

As idéias atinentes aos estados-de-coisas dos verbos importam para fazer notar a sistematicidade do objeto indireto (e, conseqüentemente, do “lhe”) em estados-de-coisas dos quais se inferem as idéias de ‘transferência e/ou negociação’, ‘elocução e/ou comunicação’, ‘instrução’, etc.<sup>39</sup>

---

37. Ressalte-se que daremos a saber o estado-de-coisas que corresponde ao “mundo” “básico” descrito pelo verbo (ou seja, o “mundo-molde” em cuja base se podem construir outros “mundos”). Portanto, para fins de análise, não consideraremos a relativa “influência” de figuras de linguagem (“metáfora”, “metonímia”, “personificação”, etc.) na configuração do estado-de-coisas “básico”, muito embora não descuremos de notar essa “influência” sempre que importar à análise do comportamento sintático-discursivo do pronome “lhe”.

38. Simplificamos o estado-de-coisas, porquanto a relação entre as entidades envolvidas, que nos interessa, já foi captada. Eventualmente, reiteraremos essa prática. É claro que, nesse caso, dever-se-ia acrescentar um outro “objeto” que, na realidade designada, é tomado como uma verdadeira “entidade”, dado seu valor de troca nesse tipo de relação. Em suma, especifica-se aí uma relação de negociação, em que importam considerar: o vendedor, o comprador, a “coisa” comprada, e o “objeto” de troca, cujo valor convencional corresponde ao “valor” da coisa vendida.

Claro fique, pois, que aqueles são os estados-de-coisas nos quais, comumente, se acha a entidade que corresponde ao objeto indireto; mas esse termo oracional figura em outros estados-de-coisas. Assim, tradicionalmente, constroem-se com objeto indireto verbos como “proibir”, “permitir”, etc., por um lado; e “caber”, “competir”, “assistir” (=caber), etc., por outro<sup>40</sup>. Os dois primeiros prevêm um A2, do que resulta uma estrutura relacional com três lugares-vazios: X proibir (permitir) Y a Z; os dois últimos prevêm apenas dois lugares-vazios: X caber (competir, assistir) a Z.

Atente-se, doravante, à estrutura relacional dos verbos que figuram naqueles exemplos. Todos eles prevêm três lugares-vazios; são, pois, verbos trivalentes. Esse tipo de estrutura, em que se acham três lugares, que são preenchidos respectivamente pelo A1 (sujeito), A2 (objeto direto) e A3 (objeto indireto) é a estrutura típica em que figura o objeto indireto. Diremos, portanto, que, verbos de três lugares prevêm, via de regra, “objeto indireto”. Todavia, isso só não basta. Veja-se que há verbos que determinam três lugares vazios, mas um desses lugares não é preenchido pelo objeto indireto (A3) senão pelo “complemento relativo” (A4). Citem-se os seguintes: “advertir”, “avisar”, “informar”, etc. Há que ressaltar, todavia, que esses verbos podem apresentar uma estrutura relacional análoga na qual figura o “objeto indireto”, com variação de significado ou não (cf. “Advertir alguém de alguma coisa / advertir algo a alguém; informar alguém de algo / informar algo a alguém”, etc.).

---

39. Em sua obra *Gramática de Usos do Português* (2000), no capítulo dedicado ao estudo do verbo (pp. 25-65), Neves apresenta-nos uma notável classificação dos verbos, do ponto de vista de sua predicação, a qual compreende os estados-de-coisas tipicamente designados por verbos que se constroem com “objeto indireto”.

Considere-se, portanto, aquela situação estrutural uma condição importante para a atualização do objeto indireto (e, conseqüentemente, do “lhe”). Ou seja, numa estrutura relacional de três lugares, um dos lugares será, potencialmente, preenchido pelo objeto indireto. Reconhece-se, não obstante, o objeto indireto, considerado aqui, levando-se em conta as seguintes características:

- Do ponto de vista formal, é introduzido pela preposição “a” (às vezes “para”, sobretudo, na variedade coloquial da língua falada); é, via de regra, representado pelo pronome clítico “lhe”;

- Do ponto de vista semântico, quando na forma nominal, é representado por um substantivo [+ animado] que desempenha o papel temático de [destinatário/beneficiário].

No que toca ao conceito de previsibilidade valencial, o objeto indireto será sempre previsto pela valência do verbo; em outras palavras, o verbo “abrirá” um espaço, na cadeia sintagmática, que poderá ser preenchido por um constituinte que apresenta as características supracitadas.

---

40. Referimo-nos a “estado-de-coisas” em que figura o objeto indireto, não obstante termos em conta a distinção nocional entre “predicação” e “estado-de-coisas”, como explicitado em Neves (2004: 84). A “predicação” é o resultado da relação sintático-semântica entre o predicador (verbo) e certo número de termos; o “estado-de-coisas” diz respeito a uma codificação lingüística (ou, provavelmente, cognitiva) feita pelo falante da realidade. Assim, a predicação designa (ou “materializa”) o estado-de-coisas, o qual, a seu turno, é a apreensão lingüística da realidade experimentada.

Vamos considerar, doravante, casos em que o verbo se constrói com apenas dois actantes: A1 (sujeito) e A3 (objeto indireto). Esses verbos selecionam, para ocupar a posição imediatamente à direita, um constituinte introduzido pela preposição “a”, que vai representar um papel temático diferente do papel de [destinatário]<sup>41</sup>, comum aos objetos indiretos anteriormente vistos.

Vale notar ainda que o substantivo núcleo do objeto indireto dos verbos abaixo apresenta o traço sêmico [+ humano]. Seguem-se os exemplos colhidos:

(9) “**Custa-lhes** acreditar, não?”

- “Custa-me até entender – respondeu um dos ouvintes. (*O Espelho* – Machado de Assis)

(10) “(...) e pô-lo de agente, escrevente ou que quer que era, do solicitador Borges, com a esperança de vê-lo no foro, porque **lhe parecia** que os procuradores de causas ganharam muito.” (*Uns Braços* – Machado de Assis)

(11) “**Acudiu-lhe** de pronto a lição do casuísta Sanchez, e das duas opiniões tomou a que lhe pareceu provável”. (*Miss Dollar* – Machado de Assis)

(12) “(...) ela era incompetente. Incompetente para a vida. **Faltava-lhe** o jeito de se ajeitar.” (*A Hora da Estrela* – Clarice Lispector)

(13) “Nunca **lhe ocorrera** a existência de outra língua e pensava que no Brasil se falava brasileiro” (*A Hora da Estrela* – Clarice Lispector).

---

41. Vamos representar o papel temático do objeto indireto desses verbos pela variante “x”, já que a literatura consultada não contempla os papéis temáticos que nos importam aqui. Quando possível, vamo-nos referir ao comportamento semântico da entidade designada pelo substantivo núcleo do objeto indireto, sem, contudo, sugerir qualquer rotulação.

Damos a conhecer, abaixo, a estrutura relacional desses verbos.

CUSTAR – X custar a Z

PARECER – X parecer a Z

ACUDIR – X acudir a Z

FALTAR – X faltar a Z

OCORRER – X ocorrer a Z

Note-se, em princípio, que são verbos bivalentes: prevêm dois espaços vazios – um, à esquerda, é preenchido pelo A1 (sujeito); outro, à direita, pelo A3 (objeto indireto). O sujeito pode ter a forma nominal ou oracional. Apresenta-se sob a forma nominal em (11), (12) e (13); sob a forma oracional, apresenta-se em (9) e (10).

Detendo-nos à questão do papel temático do objeto indireto desses verbos, em todos esses exemplos o constituinte a que o pronome “lhe” se refere, cuja estrutura pode ser descrita como ‘a\_\_SN’ (o traço [ \_ ] indica a posição do elemento na estrutura), é representado por um substantivo que não cumpre a função de [destinatário] (ou seja, não representa a entidade a que se destina a ação do verbo). Leve-se em conta também que tais verbos sequer designam “ação”. Os verbos dos exemplos (9), (10), (11) e (13) descrevem uma “situação”<sup>42</sup>, em que a entidade designada pelo substantivo na função de “objeto indireto” é tomada como uma entidade em cuja mente se forma um pensamento (11, 13), um parecer (ou se dá um efeito psíquico qualquer), como em (10), sobre a realidade experimentada; ou também em cuja mente se forma um “obstáculo” (por idéias pré-concebidas, etc.) para a percepção ou compreensão da realidade comunicada, como (9). Em (9), “lhe” refere-se a um substantivo que designa uma entidade que tem “dificuldade” para acreditar (por motivo vários) – e até para “entender” - na história relatada por uma das personagens. Em (12), “lhe” se refere a um substantivo que designa uma entidade que carece de alguma coisa.

Sem delongar esse ponto, esperamos tenha ficado claro que o objeto indireto dos verbos em pauta é representado por substantivo que desempenha um papel temático “x” (que é, portanto, diferente do papel atribuído, tradicionalmente, ao substantivo que desempenha aquela função).

Instamos em que os casos analisados nesta seção constituem casos tradicionais de objeto indireto. O primeiro grupo (o dos objetos indiretos que se inserem em estruturas relacionais com três lugares) reúne objetos indiretos que podem co-ocorrer com o A2 (objeto direto); o segundo grupo, considerado aqui, compreende os objetos indiretos que estão relacionados de forma imediata ao verbo; são eles o único actante que se acha (imediatamente) à direita do verbo. Aos dois grupos, todavia, é comum a seguinte característica formal: o constituinte a que se chama “objeto indireto” é introduzido pela preposição “a” (além, é claro, de ser substituível por “lhe”). Do ponto de vista semântico, os dois grupos diferem, no que tange ao tipo de papel temático do substantivo que exerce a função de objeto indireto. No primeiro grupo, o objeto indireto representa, via de regra, o [destinatário]; no segundo grupo, representa um papel temático “x” (ou seja, diferente do papel de [destinatário]). Quando enunciamos “O professor ensina aos alunos análise sintática todo ano”, intuímos que “aos alunos” representa a entidade a que se destina a ação de “ensinar” (portanto, representa o “destinatário”); mas, ao enunciarmos “Custa ao professor (=lhe) ensinar análise sintática todo ano”, não intuímos que “ao professor” seja o “destinatário”, senão a entidade para quem é trabalhoso ou dificultoso ensinar análise sintática todo ano.

---

42. Veja-se o conceito de “situação” em nota 6, no capítulo introdutório.

### 6.3.2 Outras Considerações

Antes de levar a efeito esta seção, importa-nos observar alguns aspectos do comportamento do “lhe” nas seguintes frases.

(14) “Qual foi o pasmo de Matias ao abrir em casa o dicionário de Português que comprara **para o filho colegial**, e verificar que ele era todo feito de palavras cruzadas”. (*Novo Dicionário* – Carlos Drummond de Andrade).

(15) “[Macabéa] pediu que a tia **lhe comprasse** óleo de fígado de bacalhau”. (*A Hora da Estrela* – Clarice Lispector, p. 61)

(16) “A velha Margarida mora aqui em S. Bernardo, numa casinha limpa (...). Tem um século, e qualquer dia destes **compro-lhe** mortalha e mando enterrá-la perto do altar-mor da capela”. (*São Bernardo* – Graciliano Ramos, p. 11).

(17) “O cais imundo **dava-lhe** saudade do futuro”. (*A Hora da Estrela* - Clarice Lispector, p. 30).

(18) “A jovem apaixonara-se pela dentadura e não por ele. Mal se tornaram íntimos, **arrancou-lhe** a dentadura, enquanto ele dormia e desapareceu com ela”. (*A Melhor opção* – Drummond)

Principiaremos nossas considerações pelo exemplo (15), já que nos permite corroborar uma hipótese importante à coerência de nossa proposição, no que toca ao conceito de previsibilidade valencial. Tomemos a valência do verbo “comprar”: X compra Y a/de Z. Nessa estrutura, especifica-se o seguinte estado-de-coisas: “uma entidade X (comprador) adquire uma coisa qualquer (objeto) a/de uma entidade Z (pelo repasse a este de um valor monetário qualquer)”. Não descuroamos de notar a flutuação entre “a” e “de”, que nos importará mais adiante. Importa-nos agora patentear o fato de que o “lhe” pode figurar no lugar do constituinte que indica o “vendedor” ou no lugar do constituinte que indica o destinatário ou beneficiário, que não é previsto pela valência do verbo e que apresenta a estrutura ‘para\_\_SN’. Assim, dado o contexto em que João costuma ir à venda de Manoel todos os sábados para comprar ovos, João certo dia diz a um amigo que se queixa de um vendedor a quem costuma comprar pães: “Manoel não... é boa gente! Todos os sábados vou na sua venda e lhe compro uma dúzia de

ovos... E sai barato!”. Veja-se que o pronome “lhe” refere-se ao constituinte “a /de Manoel” (cf. compro a Manoel/ de Manoel ovos), que indica a entidade que faz a venda (vendedor). Se, por exemplo, o amigo de João se queixasse da mulher, que lhe pede que compre ovos todos os sábados, João poderia dizer ao seu amigo: “A minha mulher me pede também, mas eu não me importo... *lhe* compro uma dúzia de ovos todos os sábados”. Nesse caso, o pronome “lhe” refere-se a um constituinte que indica a entidade em benefício da qual uma ação é realizada. Também cabe aqui entendê-la como o destinatário, ou seja, a entidade a quem se destina a ação. Disso se conclui que, às vezes, torna-se muito difícil distinguir entre as noções de [destinatário] e [beneficiário].

Não obstante, levando-se em conta aspectos formais da questão, vale notar o seguinte: a) o “lhe” cliticiza constituintes encetados pela preposição “a” ou, eventualmente, “para”; b) no último caso em pauta, o “lhe”, conquanto se refira a um constituinte que indica o ‘beneficiário/destinatário’, não figura na frase por previsibilidade valencial, uma vez que o estado-de-coisas depreendido de “comprar” compreende três “participantes”: aquele que compra, a coisa vendida e aquele que vende. A entidade a quem se destina a compra (ou “a quem a compra beneficia”) não “participa” do estado-de-coisas designado. Cumpre observar outrossim que a atualização do constituinte que indica a entidade a quem compramos alguma coisa – o vendedor – por fatores de ordem discursiva, tende a ser calado: muitas vezes, não importa ao enunciador dar a saber a seu interlocutor a quem ele comprou uma cafeteira, por exemplo. Uma vez tendo comprado para si mesmo, o enunciador, dentre tantas possibilidades, pode dizer, por exemplo, “Olha o que comprei pra mim!” ou “Olha a cafeteira que eu comprei!”, etc.; ou seja, pode anunciar ou calar o beneficiário ou o destinatário – que é codificado sendo ele mesmo, o enunciador. Todavia, sendo destinada a cafeteira a outra pessoa – por exemplo, a sua mãe – o enunciador poderia dizer “Olha a cafeteira que eu comprei pra minha mãe!”, etc.

Deveras, a possibilidade de enunciar, muita vez, o constituinte introduzido por “para”, que indica o destinatário ou beneficiário da ação, suscita-nos algumas dúvidas: 1) primeiramente, ao propor que o constituinte introduzido por “para” não é previsto pela valência do verbo, estaríamos tacitamente dizendo que o constituinte que indica o “vendedor”, que é introduzido pela preposição “de” (no português atual) ou “a” (em registros escritos muito formais, como em certas

obras da literatura), é previsto pela valência do verbo, muito embora seja freqüentemente calado no uso da língua. Destarte, poder-se-ia concluir existir certa preeminência da estrutura sobre o uso, o que nos parece impróprio num estudo de base funcionalista. Todavia, porque nos interessa, entre outras coisas, descrever as diversas maneiras de expressão do dativo na língua portuguesa, em sua variedade escrita formal, é preciso tomar a função tradicionalmente chamada de “objeto indireto” como “ponto de referência” para o estudo do comportamento gramatical e discursivo de outras unidades lingüísticas que se incluem na categoria “dativo”. Assim, o objeto indireto é considerado um actante (ou um complemento, em termos tradicionais); em outras palavras, é considerado uma variedade de dativo que depende do verbo. Esse “ponto de referência” para o estudo, ainda que elementar, da categoria dativo orienta-nos a análise de duas maneiras: em primeiro lugar, dispensamos atenção ao domínio lingüístico que a definição de “objeto indireto” recobre – nesse tocante, esforçamo-nos por apontar a discrepância entre o que nos ensina a tradição a esse respeito e os fatos de língua; em segundo lugar, ocupamo-nos com a questão dos dativos que, ao contrário da variedade recoberta pelo rótulo “objeto indireto”, são termos não-actanciais (daí a designação “dativos livres”).

Do exposto se conclui o postular a existência de uma estrutura relacional “fixada” (e não “fixa”), que representa um estado-de-coisas “bem delimitado”, do ponto de vista da realidade “apreendida”. Vamo-nos deter um pouco mais nesse ponto. Entendemos que o estado-de-coisas, que é uma codificação lingüística da realidade, apreende essa realidade, mais ou menos como uma câmera fotográfica que registra um evento, um acontecimento, uma paisagem (estado), etc. Em sendo um acontecimento da realidade a porção apreendida, nele podem-se distinguir participantes, ‘objetos afetados’, “pontos de referências” (indicação de tempo, de lugar – que é feita por constituintes, denominados na teoria funcionalista de “satélites”); esse estado-de-coisas pode ter certa duração e pode ser percebido de algum modo. Na predicação, que compreende relações, basicamente, semânticas e sintáticas entre o verbo (predicador) e os elementos a ele relacionados direta ou indiretamente, opera-se um novo “recorte”, pois a predicação não inclui todos os ‘dados’ da realidade experimentada; assim na estrutura relacional de um verbo como “comprar” não há um lugar determinado para uma forma como “por duzentos reais”, conquanto do estado-de-coisas designado se possa deduzir a

referência ao “valor de troca de uma mercadoria”: “uma entidade X adquire uma coisa Y de uma entidade Z por um quantia qualquer”. A relação entre a língua (ou linguagem) e o a realidade não é direta, contudo. Assim, não sendo um espelho da realidade, a língua dispõe de uma estrutura própria. Por exemplo, uma frase como “O carro furou o pneu” tem estrutura semelhante à da frase “O carro atropelou o rato”, mas o conteúdo designado na primeira é diferente desta; por outro lado, é semelhante ao conteúdo designado na frase “O pneu do carro furou”, que, a seu turno, apresenta uma estrutura diferente da primeira frase.

Estando claro que reconhecemos a relação indireta entre língua e realidade, não se negue, entretanto, que, é no domínio da predicação que melhor se pode notar a “ação” da língua sobre a realidade: pela função simbólica da linguagem, “podemos transformar todos os elementos do mundo em dados da nossa consciência e em assunto de nossos discursos”.<sup>43</sup>

Nossa preocupação repousa em mostrar que certos conteúdos como ‘a entidade que se beneficia de uma ação’, ‘a entidade a quem a ação se destina’, etc., que se associam ao modo como os “participantes” se relacionam no estado-de-coisas designado, embora sejam codificados na língua, não se expressam, muitas vezes, na estrutura relacional determinada pelo verbo, por constituintes actanciais. É verdade que a estrutura relacional que se deduz quando empregamos um verbo como “dar”, por exemplo, na sua acepção mais geral, é “fixada” pelo uso (como diriam alguns funcionalistas); mas não se pode negar que a estrutura relacional representará uma “parcela” do estado-de-coisas designado, e essa estrutura pode expressar a relação entre unidades lingüísticas que veiculam conteúdos relevantes no estado-de-coisas designado; assim é que, num estado-de-coisas de que se deduz ‘relação de negociação’, como o descrito pelo verbo “vender”, importam à representação estrutural conteúdos como ‘aquele que vende’, ‘a coisa vendida’ e ‘a quem se vende’; outros conteúdos, com serem “circunstanciais”, tais como ‘preço’, ‘lugar’, ‘tempo’, etc., são expressos por unidades lingüísticas que não são termos actanciais, ou seja, previstos pela valência daquele verbo.

Não negamos a existência da estrutura, tampouco, é claro, negamos que o uso influencia a forma dos enunciados lingüísticos. No entanto, atendo-nos ao estado-de-coisas, uma noção semântica (e provavelmente cognitiva), pela qual se procura mostrar a relação entre o homem e a realidade experimentada por ele

mediante a linguagem<sup>44</sup>, insistimos em que, para se avaliar se um constituinte é ou não um actante é preciso reconhecer o “recorte” lingüístico, portanto, estrutural, da realidade representada em determinado estado-de-coisas. Vale notar, finalmente, que esse “recorte” nunca é “fixo” ou “invariável”; ao contrário é, teoricamente, diferente, quando do uso de um verbo. Por isso se pode explicar, por exemplo, o fato de um constituinte como “no armário” ser interpretado como um complemento em “Meu irmão colocou os sapatos de couro no armário” (X colocar Y em Z), e como um “adjunto” em “Eu vi os sapatos do meu irmão no armário” (X ver Y). Ora, o verbo “colocar” estabelece um estado-de-coisas em que o conteúdo de ‘lugar’ é pertinente à expressão lingüística. A estrutura valencial do verbo “colocar”, que está “contida” na sua semântica, vai prever um lugar para a atualização de um constituinte que designa a idéia de ‘lugar’; por outro lado, o estado-de-coisas designado pelo verbo “ver” poderia até incluir o conteúdo de ‘lugar’, embora isso não seja necessário, mas o “recorte” estrutural da língua não o inclui como um conteúdo relevante; é claro que ele pode ser expresso por meio de unidades lingüísticas variadas; em certas estruturas, no entanto, essas unidades serão interpretadas como “complemento” ou “adjunto”, de acordo com a pertinência semântico-sintática do conteúdo que elas veiculam.

<sup>43</sup>. Azeredo, 2004. p. 17, seção 5.

<sup>44</sup>. Segundo Azeredo (2004, p. 18. seção 6), “o mundo experimentado pelo homem não entra em sua consciência de forma bruta e caótica, mas estruturado por meio das categorias da linguagem, isto é, sob a forma de conhecimento”.

No que toca ao comportamento sintático-discursivo do constituinte que apresenta a estrutura “de/a\_\_SN” e que indica o vendedor, no exemplo (15), ainda que não nos tenhamos referido à sua função sintática, entendê-lo como um possível “objeto indireto” acarreta-nos muito problema (problema do qual nos ocuparemos mais adiante): do ponto de vista formal, temos advogado que o objeto indireto é caracterizado por vir encetado pela preposição “a” (às vezes, “para”) e que o “lhe”, quando na função típica de “objeto indireto”, se relaciona a um constituinte introduzido pela preposição “a” (relação “lhe/prep. “a”). No entanto, essa relação, embora verdadeira, não é necessária. Como veremos, o “lhe” vai figurar em lugar de constituintes introduzidos por preposição diferente de “a”. A fim de explicar, do ponto de vista formal, o emprego de “lhe” referindo-se à entidade “vendedor”, poder-se-ia dizer que, embora haja aí uma estrutura ‘de\_\_SN’, por força da preposição “a”, que alterna com “de”, o emprego do pronome é possível. Assim, se creditaria a idéia segundo a qual há uma relação formal entre “lhe” e preposição “a”. Essa alternativa também não parece muito adequada: em primeiro lugar, devemos ter em mente que o uso de “a”, nesse caso, é raro na língua hodierna e, muito provavelmente, tenha baixa aceitação entre os falantes; em segundo lugar, como dissemos, a presença de “a” não é necessária, muita vez, para empregar “lhe”.

Do ponto de vista semântico, o constituinte que indica o vendedor não é o destinatário – esse papel é mais bem desempenhado por outro constituinte, como vimos -, senão, em certo grau de abstração semântica, um “co-agente”. Essa característica contraria a lição da tradição, segundo a qual o objeto indireto representa o “destinatário”. É verdade que, como se viu, em certos casos em que tradicionalmente se vê um objeto indireto, não se associa a essa função uma entidade que desempenha o papel temático de “destinatário”; disso se poderia deduzir que esse aspecto semântico não impediria que considerássemos aquele constituinte um “objeto indireto”; mas, procedendo assim, estaríamos reiterando a prática tradicional e inconveniente, por revelar um comodismo descritivo censurável, de reunir fatos da língua sob rótulos pré-existentes, como se o arcabouço descritivo pré-existisse à língua e servisse de “molde” a que devemos adaptá-la. As descrições, enquanto pontos-de-vista sobre uma “porção” determinada da língua, podem ser revistas, readaptadas ou criticadas; mas não queiramos que a língua seja “revista”, “readaptada” ou “criticada”.

Não nos interessa, portanto, aqui, dizer se o constituinte em questão é ou não um objeto indireto, senão atestar o emprego variado do pronome “lhe”, que não pode ser amarrado por rotulações pré-existentes na gramática tradicional.

Finalmente, cumpre dizer que o exemplo (14), ainda que não nos dê testemunho do uso de “lhe”, atesta-nos a ocorrência de um constituinte como “para o filho colegial”, que desempenha o papel de “destinatário” ou “beneficiário”, e cuja estrutura é ‘para\_\_SN’. É possível permutar “para o filho colegial” com “lhe” (cf. Matias comprou para o filho colegial um dicionário. Matias comprou-lhe um dicionário).

O caso discutido aqui medeia os casos de objeto indireto típico, que vimos na sub-seção 6.3.1, e os casos que, embora possam ser considerados como casos de “objeto indireto” na perspectiva da gramática tradicional, apresentam características formais e semânticas que contrariam a concepção tradicional. Não pretendo abandonar essa discussão, que será retomada numa outra seção, atente-se aos exemplos (17) e (18), doravante.

O exemplo (17) aponta-nos outra questão fecunda, que nos será oportuna mais adiante, e a que fizemos menção, quando refletimos sobre o comportamento do “lhe” em predicação com o verbo “comprar”. Levando-se em conta a valência padrão do verbo “dar”: “X dar Y a Z”, a questão repousa na observação de que em construções como “X dar saudade”, “X dar medo”, “X dar dor (de cabeça)”, etc., nas quais o verbo “dar” é empregado na acepção de “causar”, há possibilidade de a preposição “em” introduzir o constituinte “Z”: “X dar saudade em Z”; “X dar medo em Z”, “X dar dor (de cabeça) em Z”. Devemos admitir certo grau de alternância entre as preposições “a” e “em”, que culminaria com o emprego de “em”, nos registros informais. No entanto, cumpre notar uma condição sintático-semântica: parece que, em determinadas construções em que se acha o verbo “dar” acompanhado de um substantivo que designa um “estado”, “sentimento” ou “sensação” próprios dos seres humanos, a alternância parece ser mais possível em umas do que noutras. Do ponto de vista estritamente semântico, a preposição “em” se justifica aí pelo fato de que, por ela, indica-se a noção de ‘interioridade’, que é deduzida dessas construções, por força da presença de substantivos que designam “estado”, “sentimento” ou “sensação” que se manifestam “no interior do homem”. Assim, parece que a preposição “a” é mais adequada na expressão de conteúdos de “transferência” (objetiva ou não: “Júnior deu a carteira ao irmão”/

“Este livro dá a Júnior muito conhecimento”). Propomos que, no exemplo de Clarice, há flutuação: em registros informais, sobretudo da língua falada (mas não só), poder-se-ia ouvir mais comumente “dar saudade em alguém/nele/nela”. Assim, numa frase como “Lembrar de Henrique lhe dava saudade”, o pronome “lhe” se referiria a um constituinte do tipo “em\_\_SN”: “Lembrar de Henrique dava saudade em/na Maria” (dava saudade nela). Por outro lado, em registros mais formais, sobretudo da língua escrita, poder-se-ia conservar a regência em “a”: “Sua ausência dá saudade a mim/ a ele”. Volveremos a essa questão mais adiante.

Finalmente, em (18), veja-se outra questão pertinente. A questão consiste em saber se o “lhe” é um actante do verbo “arrancar” ou não. Cite-se a frase seguinte:

(M) A jovem arrancou-lhe o relógio.

Vamos substituir o pronome “lhe” pela forma correspondente “dele” (supondo que “lhe” se refira a um substantivo que designa um indivíduo do sexo masculino). Vamos agora inseri-lo na frase: pode figurar em duas posições mais comuns.

(N) A jovem arrancou **dele** o relógio.

(O) A jovem arrancou o relógio **dele**.

Em (N), é lícita apenas uma leitura: “a jovem arrancou de alguém o relógio”. Em (O), há duas leituras possíveis: “a jovem arrancou de alguém o relógio” ou “a jovem arrancou o relógio que pertencia a alguém”. Em (N), “dele” indica a entidade da qual se arrancou o relógio (‘paciente’); em (O), “dele” pode ser interpretado também como a entidade a quem pertence o relógio (o “possuidor”).

O “lhe”, numa ou noutra interpretação, refere-se a um constituinte cuja estrutura pode ser descrita como ‘de\_\_SN’. Esse constituinte pode relacionar-se ao verbo ou ao nome. Portanto, o “lhe” pode figurar por previsibilidade valencial ou não. Não sendo previsto pela valência do verbo, caso em que se refere ao “possuidor”, o pronome será considerado um dativo de posse, segundo nossa proposição. Lembramos que o dativo de posse, como os demais dativos livres, é um circunstante.

Veja-se que a questão não cabe, do ponto de vista da tradição, já que, nos dois casos, haveria um objeto indireto: de acordo com a primeira perspectiva, haveria um objeto indireto propriamente dito, ou melhor, desprovido de valor “possessivo”; de acordo com a segunda concepção, haveria um “objeto indireto de posse” (que corresponde ao “dativo de posse”). Não se pense que estamos distinguindo, a rigor, entre objeto indireto e “dativo”; afinal, historicamente, o objeto indireto é um dativo; mas devemos ter em conta que a categoria dativa manifesta-se de forma variada na sintaxe portuguesa, e a tradição gramatical reúne, sob o rótulo “objeto indireto”, vários empregos de dativo. Em vista do próprio tratamento daquela função, na gramática tradicional, tal prática, no entanto, resulta descritivamente inadequada. Lembramos também que o “objeto indireto” mais trivial vincula-se ao que Climent chama de “dativo subordinado” (Climent, 1945: 313). O “dativo de posse” (um circunstante, em nossa proposta) inclui-se na classe dos “dativos livres”, a saber, dos dativos que não figuram no enunciado por exigência da valência do verbo.

Não tentando negar a perspectiva histórica dessa questão, é mister ter em conta uma distinção que nos parece lícita: o objeto indireto é um tipo de dativo diferente, sob vários aspectos, do dativo que veicula idéia de “posse” (o “dativo de posse”). A primeira diferença, como já apontamos, repousa na relação que mantém com o verbo: o objeto indireto, conquanto não neguemos sua relação mais “frouxa” com o verbo (se a compararmos à relação entre este e o objeto direto, por exemplo), é, em nossa proposta, selecionado pelo verbo; o “dativo de posse” não é selecionado pelo verbo e se relaciona sintaticamente, quando na forma nominal, a um nome (substantivo).

Dessa distinção particular podemos induzir uma distinção mais geral: diremos que o objeto indireto, tal como o concebemos aqui, é um actante (é previsto pela valência do verbo); os dativos “livres” de que tratamos são termos não-actanciais (ou “circunstantes”), a saber, não são previstos pela valência do verbo.

À semelhança do que sucedeu na frase com verbo “comprar”, que vimos anteriormente, o pronome “lhe” refere-se a um constituinte introduzido pela preposição “de”, embora a alternância entre as preposições “a” e “de”, observada no caso anterior, se note tão-só em certos empregos do verbo “arrancar”. No caso analisado, não é possível o emprego de “a”. Em que pese a essa particularidade,

vale o reconhecimento de que o “lhe” pode referir-se a unidades que são introduzidas por preposição diferente da preposição “a”.

Já podemos levar a efeito esta sub-seção, ressaltando que a distinção entre as noções de “objeto indireto” e “complemento relativo”, adotada por Rocha Lima (2001: 251), a qual se baseia, entre outros aspectos, na possibilidade ou não de cliticização do complemento pelo “lhe”, torna-se, no mínimo, confusa em casos como os que vimos - que não rareiam. Veja-se que duas características formais concorrem para distinguir o objeto indireto do complemento relativo: ao contrário do primeiro, este último complemento pode vir introduzido por preposição vária (“a”, “de”, “com”, etc.) e não corresponde à forma “lhe”, senão às formas tônicas “ele/ela”, “eles/elas”, precedidas da preposição adequada.

Na próxima seção, damos a saber os casos de objeto indireto que é representado por substantivo [- animado]. Os exemplos apresentados nessa seção foram colhidos das obras literárias a que nos ativemos. Da Literatura colhemos poucos exemplos. Esses casos abundam, todavia, nos trabalhos de linguagem consultados. Como nos exemplos desses trabalhos o “lhe”, que faz referência a substantivo [- animado], não cumpria apenas a função de objeto indireto, tal como o entendemos neste trabalho, ocorreu-nos que melhor seria não incluí-los entre os exemplos da Literatura que serão apresentados doravante.

#### 6.4

#### Verbos que se constroem com objeto indireto cujo núcleo é um substantivo [- animado]

Nosso intento aqui é patentear especialmente o emprego do pronome “lhe”, na função de objeto indireto, referindo-se anaforicamente a substantivos [-animado], ou seja, que designa um ‘dado’ da realidade do qual não se deduz idéia de “animação”. Recordem-se as características formal e semântica do objeto indireto considerado neste trabalho: formalmente, é introduzido pela preposição “a” (às vezes “para”) e pode ser representado por “lhe”; semanticamente, representa o “destinatário” (ou “beneficiário”) no estado-de-coisas designado; ademais, é representado por substantivo [+animado].

Seguem-se os exemplos registrados em nossos *corpora*; todos colhidos de textos literários.

(19) “Duzentos réis por uma caixinha de sabonete inglês era preço mais do que razoável, mas eu pedia quinhentos; e Ester, ignorando o valor das coisas, ou **dando-lhes** um valor especial, que nos escapava, estendia os quinhentos réis”. (*A Salvação da Alma* – Carlos Drummond de Andrade)

(20) “Eles nunca haviam sentido na boca o frio de uma pedra de gelo (...), se travavam conhecimento com alguma coisa de que só conhecessem antes a representação gráfica ou oral, dela se aproximavam não raro **atribuindo-lhe** um valor mágico”. (*O Sorvete* – Carlos Drummond de Andrade)

(21) “Quanto à minha vida íntima, talvez também tenha sido a escultura esporádica o que **lhe deu** um leve tom de pré-climax – talvez por causa do uso de um certo tipo de atenção (...)”. (*A Paixão Segundo G.H.* – Clarice Lispector)

(22) “(...) aquele guarda-roupas, depois de bem alimentado de água, de bem enfiado nas suas fibras, eu o encararia para **dar-lhe** algum brilho, e também dentro passaria cera pois o interior devia estar ainda mais esturrado”. (*A Paixão Segundo G.H.* – Clarice Lispector)

Ocasião há em que o pronome “lhe” irá fazer referência a outros substantivos [- animado], quando estes cumprirão a função de “dativo de posse”. Tomemos para reflexão os exemplos aqui citados. Damos a saber a estrutura relacional dos verbos abaixo:

DAR – X dar Y a Z

X dar Y em Z

ATRIBUIR – X atribuir Y a Z

Em princípio, vale notar que o verbo “dar” foi empregado nas acepções: ‘atribuir, transferir metaforicamente’, em (19) e (21); e ‘limpar, tornar lúcido’, em (22). Aquelas correspondem à estrutura “X dar Y a Z”; estas à estrutura “X dar Y em Z”. Não descuramos de notar um aspecto formal nessa última estrutura. Contudo, dispensemos atenção agora ao emprego do “lhe”, no que toca à referência a substantivo [- animado].

Em (19), o pronome retoma anaforicamente o substantivo “coisa(s)”; não nos excederemos em pormenores; pensamos estar bem clara essa referência. Em (20), também se refere o pronome ao substantivo “coisa”. Em (21), é ao segmento “vida íntima” que se refere o pronome “lhe”.

Esses casos dão-nos testemunho da extensão de um emprego semântico do pronome “lhe”, já bastante vulgarizada na língua escrita culta do português brasileiro, pelo menos em textos literários mais contemporâneos e em trabalhos científicos, como os que levamos em conta neste trabalho. Destarte, o “lhe” concorre com a forma oblíqua correspondente “a ele” (e variações) para a referência a substantivos [- animado].

Cumprir dizer também que esses casos são tipicamente entendidos como casos de “objeto indireto” na gramática tradicional. No entanto, uma vez que essa tradição (a partir de Rocha Lima (2001)) não parece admitir que o objeto indireto seja introduzido por preposição diferente de “a” ou “para”, o caso (22) acarreta controvérsia.

Trata-se de um caso muito interessante por duas razões: primeiramente, corrobora a possibilidade de o “lhe” referir-se a constituintes que são encabeçados por preposição diversa de “a”; em segundo lugar, patenteia-nos a possibilidade de o “lhe” inserir-se em estruturas complexas de algum tipo, que não cabe aqui tentar definir ainda. Pensamos ser lícito interpretar “dar um brilho (em)” como uma “unidade de sentido”, ou seja, uma construção sintática cujos elementos apresentam em conjunto um significado unitário, embora cada qual conserve certo significado. Portanto, “dar um brilho” significa, ‘limpar com esmero’. Não nos preocuparemos em determinar a natureza dessa construção, ou seja, em classificá-

la como constituída de “verbo-suporte” ou como resultado de uma “cristalização”; afinal, Neves (1999:110) admite que aqueles testes adotados por ela não são suficientes para distinguir entre construções com verbo-suporte e “expressões cristalizadas”; a nós não cabe apontar qualquer solução nessa matéria. Vamo-nos cingir, ao tratarmos da ocorrência de “lhe” em construções variadas (das quais fazem parte o verbo, o substantivo, antecedido ou não por uma preposição ou locução prepositiva), a assinalar os casos mais comuns de construções com verbo suporte e de expressões cristalizadas, se estes ocorrerem.

Construções como a que apresentamos acima são comuns em giros como “Hoje vou dar um brilho no carro”, “Lúcia dá um brilho nas janelas do quarto todos os dias”, etc. Essa questão será mais bem enfocada alhures.

Finalmente, não podíamos preterir um caso em que o pronome, referindo-se a substantivo [- animado], é empregado por motivo estilístico. A referência a um substantivo [- animado] se justifica por “personificação”. Veja-se o exemplo:

(23) “Em vão o jardineiro tentava **captar-lhe** as graças, pois o girassol chegava a voltar-se contra a luz (...)” (*Maneira de Amar* – Carlos Drummond de Andrade).

No conto drummondniano, o personagem jardineiro tentava “captar as graças ao (ou do) girassol”, que lhe era indiferente. Levando-se em conta que o narrador atribui às flores características propriamente humanas (“comportamentos”, “sentimentos”, “qualidades”), propomos que, nesse caso, o emprego do “lhe” é motivado pela figura retórica da “personificação”. Uma vez que os seres “flores” são representados como seres dotados de “animação”, pode-se empregar o pronome “lhe” para fazer referência aos substantivos que os designam. Outro exemplo desse emprego se dá nesse mesmo conto drummondniano.

(24) “Nunca, entretanto, o jardineiro deixou de regar o pé de girassol e de **renovar-lhe** a terra, na ocasião devida”. (*Maneira de Amar* – Carlos Drummond de Andrade).

É mister ter em conta, no entanto, que esses dois casos dão-nos testemunho do emprego de “lhe” como “dativo de posse” (“captar as graças **do girassol** (=lhe)”), e não como “objeto indireto” – tal como o entendemos neste trabalho. Há que ressaltar ser possível, em (24), interpretar o referente do “lhe” como um constituinte que denota o possuidor, estruturalmente descrito como ‘de\_\_SN’ (do girassol/dele), ou como um constituinte que denota o “beneficiário” ou “destinatário”, embora, nesse caso, se possa discutir o conceito de ‘destinatário’, já que o consideramos em predicacões das quais se infere idéia de ‘movimento’ ou ‘deslocamento’ (do verbo “renovar” não deduzimos essa idéia), e que pode ser interpretado estruturalmente como ‘para\_\_SN’. Assim, cumpre observar as seguintes construções:

(P) O jardineiro renova a terra **do/ao girassol** (=lhe).

(Q) O jardineiro renova a terra **para o girassol** (=lhe).

Em (P), o constituinte “do girassol” (ou “ao girassol”) refere-se ao “possuidor”, ou seja, há entre a “terra” e o “girassol” um vínculo qualquer: trata-se da porção de terra onde está plantado o girassol. Em (Q), o constituinte “para o girassol”, que não é previsto pela valência do verbo (X renova Y), denota o “beneficiário”, a saber, a entidade em benefício da qual se realiza uma ação. Percebe-se aí um caso típico de “dativo de interesse”, uma variedade de objeto indireto que, além de ser introduzido pela preposição “para” (no português brasileiro, raramente é possível empregar a preposição “a” nesses casos), não é previsto pela valência do verbo; ademais, designa o “beneficiário”. Claro fique que é difícil, muitas vezes, distinguir entre esse tipo de dativo e o objeto indireto propriamente dito, entre outras razões, pelo fato de tanto um quanto outro poder desempenhar os papéis de “destinatário” ou “beneficiário”, em certos casos. Vamos examinar com acuro essa questão mais adiante. Por ora, importa ter em conta que, na frase em questão, o dativo denota o “beneficiário”, e não o “destinatário”. Lembramos que o conceito de destinatário é considerado, neste trabalho, numa perspectiva mais restrita, a saber, em contextos sintático-semânticos dos quais inferimos idéia de ‘movimento’ ou ‘deslocamento’.

## 6.5 Os dativos *livres*

### 6.5.1 O chamado *dativo de posse*

O pronome “lhe”, na função de dativo de posse, refere-se a um constituinte que denota o possuidor, normalmente humano (embora possa ser representado por substantivo [-animado]), num estado-de-coisas em que se estabelece uma relação entre um ser (humano) e uma “parte” somática dele. Essa característica, embora bastante geral, não é a única. Deveras, pode haver ‘vínculo’ entre um objeto e uma característica material qualquer. Do ponto de vista formal, o “lhe” refere-se a um constituinte que apresenta a estrutura ‘de/a\_\_\_SN’, o qual se prende ao nome que designa a “parte” possuída ou a característica própria.

Acrescente-se que haverá condições estruturais em que esse “lhe” poderá ser empregado; vamos examinar, todavia, os exemplos, primeiramente, a fim de que possamos referir essas condições. Citem-se os exemplos:

(25) “O espelho estava naturalmente muito velho, mas **via-se-lhe** ainda o ouro, comido em parte pelo tempo”. (*O Espelho* – Machado de Assis)

(26) “E, de pé, com o dedo indicador, **tocou-lhe** na testa”. (*A Cartomante* – Machado de Assis).

(27) “Camilo **pegou-lhe** nas mãos”. (*A Cartomante* – Machado de Assis)

(28) “A curiosidade **fustigava-lhe** o sangue, as fontes **latejavam-lhe**”. (*A Cartomante* – Machado de Assis)

(29) “(...) primeiro que acorde é preciso **quebrar-lhe** os ossos...” (*Uns braços* – Machado de Assis)

(30) “Saiu da sala, atravessou rasgadamente o corredor e foi até o quarto do mocinho (...) D. Severina sentiu **bater-lhe** o coração com veemência e recuou.” (*Uns braços* – Machado de Assis)

(31) “Desde a madrugada que a figura do mocinho **andava-lhe** diante dos olhos como uma tentação diabólica”. (*Uns braços* – Machado de Assis)

Os exemplos abundam, mas dispensemos atenção a esses sete primeiramente. No primeiro dentre os exemplos, já podemos notar um ‘vínculo’



transitivos diretos, selecionarem sistematicamente a preposição “em”, com sutil distinção semântico-pragmática entre os dois empregos.

Em (29), também há referência a um elemento do corpo humano (“ossos”). O pronome “lhe” refere-se a uma entidade [+ humano] cujos ossos era preciso “quebrar”. O verbo, nesse caso, é bivalente (X quebrar Y).

Em (28), importa reconhecer que o “lhe” pode vincular-se a verbos monovalentes (ou intransitivos, na gramática tradicional). Também corresponde a um constituinte “de + substantivo”, que se refere a “ser humano”. Assim, na ordem direta, lê-se “a curiosidade fustigava o sangue de alguém” e “as fontes de alguém latejavam”. Veja-se que o “lhe” prende-se ao verbo “latejar”, que é um verbo monovalente, ou seja, determina apenas um lugar na cadeia sintagmática.

O exemplo (30) também nos dá testemunho da vinculação do “lhe” a um verbo monovalente. O verbo “bater” está empregado na acepção de ‘pulsar’. O pronome refere-se a um constituinte do tipo “de + substantivo”, que se prende ao substantivo “coração”: “(...) sentiu o coração de alguém bater”.

Em (31), vale notar que o “lhe” também se prende a um verbo monovalente; esse fato é assaz relevante, como veremos ao cabo desta seção.

Ressalte-se que estamos aludindo à estrutura ‘de\_\_SN’ que, como se sabe, corresponde à estrutura ‘a\_\_SN’, com valor possessivo, é claro. Ocorre que construções do tipo “O cavalheiro beijou a mão à moça” constituem sintaxe arcaica, típica de um estilo rebuscado e característica da língua literária mais conservadora. Como pretendêsemos atentar para a realidade da língua atual, cuidamos ser válida a alusão àquela estrutura apenas, não perdendo de vista o fato de que, nos textos a que nos ativemos, sobretudo nos machadianos, é comum ocorrerem constituintes que apresentam a estrutura em “a”. Cumpre notar, no entanto, que a escolha entre o emprego de “lhe” e o emprego da forma preposicionada não é aleatória: muita vez, o emprego da forma em “a” não redundava no mesmo efeito expressivo do emprego de “lhe”.

Seguem-se estes outros exemplos:

(32) “**Notava-lhe**, principalmente, além da beleza, que era de primeira água, certa severidade triste no olhar e nos modos”. (*Miss Dollar* – Machado de Assis)

(33) “A falar a verdade, o único defeito que Mendonça **lhe achou** foi a cor dos olhos (...)”. (*Miss Dollar* – Machado de Assis).

(34) “Lembrava-se ao mesmo tempo de que era amado; e conquanto a idéia **lhe sorrisse ao espírito**, outra vinha dissipar esse instantâneo prazer (...)”. (*Miss Dollar* – Machado de Assis).

(35) “Os finos de água gelada **empapavam-lhe** a roupa e isso não era confortável”. (*A Hora da Estrela* – Clarice Lispector)

(36) “D. Glória empinou a coluna vertebral, e o peito cavado se achatou. Esse movimento de dignidade repentina **fazia-lhe** o vestido preto, já gasto, ficar esticado na barriga e frouxo nas costas”. (*São Bernardo* – Graciliano Ramos).

Esses exemplos são bastantes para dar a saber os seguintes aspectos do comportamento sintático-discursivo do “**lhe**”: a) ambigüidade funcional, ou seja, possibilidade de cumprir duas funções diferentes, conforme se refira a constituintes estruturalmente e semanticamente distintos; b) referência a um substantivo que denota uma “coisa” de uso pessoal (como uma vestimenta, por exemplo), quando na função de dativo de posse; c) inserção em construção estereotipada, também aqui na função de dativo de posse.

Em (32), o pronome “**lhe**”, que se prende ao verbo “notar”, na acepção de ‘observar’, ‘reparar em’, pode-se referir a um constituinte introduzido pela preposição “de”, caso em que denota o possuidor. Esse constituinte formado pela preposição “de” e por um substantivo que denota “ser humano” atrelar-se-á ao constituinte “nos modos”, coordenado ao constituinte “no olhar”. Disso resulta a construção “notava, principalmente, além da beleza (...) certa severidade triste no olhar e nos modos (de alguém)”; como a personagem a quem se refere o narrador é uma mulher, pode-se inserir no lugar do constituinte “de alguém” a forma “dela” (cf. “(...) no olhar e nos modos **dela**.”). Nesse caso, o “**lhe**” cumpre a função de dativo de posse. Por outro lado, é lícito supor referir-se o “**lhe**” a um constituinte encetado pela preposição “em”. Destarte, ler-se-ia “(...) notava (..) **em alguém (nela)** certa severidade no olhar e nos modos”, caso em que o artigo dos constituintes “no olhar” e “nos modos” tem valor possessivo; daí se concluir que o olhar e os modos são características da personagem que é alvo da observação (cf. “(...) notava nela certa severidade no olhar e nos modos (**dela**)). No exemplo (51), o “**lhe**” também se pode referir a um constituinte de valor possessivo, introduzido pela preposição “de”, ou a um constituinte introduzido pela preposição “em”, que,

à semelhança do exemplo anterior, denota idéia de ‘interioridade’ (cf. “(...) o único defeito que Mendonça achou (**nela**) foi a cor dos olhos (**dela**)).

Entendemos por “construções estereotipadas” certos torneios sintáticos que, não sendo necessariamente expressões “fixas”, como as que discutimos anteriormente, são características de um estilo de linguagem, não de um autor especialmente, mas de uma modalidade de língua. Assim, há certas construções sintáticas que são tipicamente “literárias”, tais como “cair-lhe ao pé”, “pôs-se-lhe adiante”, “reboava-lhe dentro”, etc. Essas construções, do ponto de vista gramatical, normalmente se estruturam com uma preposição ou locução prepositiva que introduz um circunstante (locativo, na maioria das vezes). Podemos referir-nos a elas como construções complexas, diferentes das estudadas por Neves, é claro; mas tão variadas quanto aquelas.

Detendo-nos no exemplo (34), pode-se ver o constituinte “ao espírito” (‘intelecto’, ‘compreensão’) relacionado ao verbo “sorrir”, na acepção de ‘ser agradável, atraente’. Trata-se de um emprego tipicamente literário. Na construção “sorrir ao espírito”, o constituinte “ao espírito” parece ser relativamente “fixo”, de sorte que não é possível permutá-lo com “ao intelecto”, “à compreensão”. Também não se pode permutá-lo com “a Maria”, por exemplo, sob pena de se obter um resultado semanticamente diferente: assim, dizer “A riqueza sorri a Maria” e “A sugestão sorriu ao espírito de Maria” é comunicar conteúdos de pensamento diferentes; assim também não se comunica o mesmo conteúdo, quando se diz “Fulano sorri a (ou para) Beltrano”.

No que toca ao emprego de “lhe”, note-se que o pronome faz referência a um constituinte introduzido pela preposição “de”, o qual se prende a “ao espírito” (cf. “(...) conquanto a idéia sorrisse ao espírito **dele** (...)” – já que a personagem é um homem).

Quando nos ocuparmos com a discussão de casos em que o “lhe” se insere em construções variadas, cuja definição apresentamos acima – conquanto reconheçamos que ela careça de mais precisão -, dispensaremos um tratamento mais acurado a essa questão.

Por fim, os exemplos (35) e (36) patenteiam a ocorrência de “lhe” num estado-de-coisas do qual se deduz um “vínculo” (“posse”) entre uma entidade humana e uma peça de vestuário. Há que notar, no caso (36), a ocorrência do causativo “fazer”, integrando uma locução verbal<sup>45</sup> (“fazer ficar”).

Destarte, para a construção “(...) fazia-lhe o vestido preto (...) ficar esticado na barriga (...)”, existe a paráfrase “(...) fazia o vestido preto **dela** (...) ficar esticado na barriga (...)”.

Seguem-se as estruturas relacionais de todos os verbos levados em conta aqui:

VER – X ver Y (de Z) <sup>46</sup>

TOCAR – X tocar Y (de Z) / X tocar em Y (de Z)

PEGAR – X pegar Y (de Z) / X pegar em Y (de Z)

FUSTIGAR – X fustigar Y (de Z)

LATEJAR – X (de Z) latejar

QUEBRAR – X quebrar Y (de Z)

BATER – X (de Z) bater

ANDAR – X andar (diante de Y de Z)

NOTAR – X notar Y (de Z)

X notar Y em Z

ACHAR – X achou Y (de Z)

X achou Y em Z

SORRIR – X sorrir ao espírito (de Z)

EMPAPAR – X empapar Y (de Z)

FAZER – X fazer Y (de Z) infinitivo (predicativo)

Tendo em vista as estruturas relacionais apresentadas acima, pode-se concluir haver duas condições estruturais gerais para o uso do “lhe” na função de dativo de posse: o verbo deve ser bivalente, ou seja, deve exigir “objeto direto” ou deve ser monovalente, ou seja, intransitivo, segundo a gramática tradicional. Casos há em que um verbo bivalente, ou transitivo direto, pode admitir, em certos empregos, uma preposição para introduzir o seu complemento (como “pegar”, “tocar”, etc.), não obstante se poder também empregar o “lhe” com valor possessivo. Em teoria, o “lhe” não terá valor de posse, quando empregado junto a verbos trivalentes, ou seja, com verbos que selecionam objeto direto e objeto indireto; nesses casos, empregar-se-á, eventualmente, a construção “de + (pron.) substantivo”. Ademais, nas predicções em que o “lhe” pode ser um dativo de posse, terá de haver uma relação de “posse”, alienável ou não, basicamente, entre

uma entidade humana e uma característica somática, ou uma “coisa” de uso pessoal. É possível, no entanto, que haja algum tipo de “vínculo” entre um objeto e uma característica material qualquer.

As condições estruturais referidas acima são gerais; há que notar, contudo, a ocorrência do pronome “lhe” com valor de “posse”, quando o A4 ocupa posição de argumento do verbo (bivalente), no seguinte passo de Lispector.

(37) “Ninguém **lhe responde** ao sorriso, porque nem ao menos a olham”. (*A Hora da Estrela* – Clarice Lispector, p. 16)

O verbo “responder” está empregado na acepção de ‘corresponder’ e apresenta a seguinte estrutura relacional: X responde a Y(de Z). Destaque-se a relação de “posse” inalienável entre um “aspecto fisionômico” e a entidade que o manifesta.

---

45. Sem pretender fazer incursão em controvérsia que só perturbaria nossa descrição, vamos adotar o ponto de vista mais comum na tradição gramatical sobre a natureza constitucional das combinações “fazer + infinitivo”. Consoante Bechara (2002: 233), os verbos *deixar*, *mandar*, *fazer* (causativos), bem como *ouvir*, *sentir* e *ver* (sensitivos), embora não formem locução verbal, “se comportam sintaticamente como tal (...)”.

46. Os parênteses indicam que o termo preposicionado não é previsto pela valência do verbo, ou seja, que se trata de um “circunstante”.

### 6.5.2 O chamado *dativo de interesse*

Tomemos o seguinte passo de Climent (1945: 324), em que escreve acerca do dativo de interesse ou de participação:

“Por medio del dativo puede expressarse una idea general de interes o participaci3n. Este significado cabe considerarlo como derivado del dativo complemento indirecto, con la 3nica diferencia de que en estos giros la relaci3n del dativo con el verbo de la oraci3n principal es m3s laxa”.

Consoante observa Climent, o dativo de interesse (ou de participa33o) serve 3 express3o de uma id3ia geral de “participa33o”; deve-se consider3-lo um “derivado” do complemento ou objeto indireto. Nota tamb3m que a 3nica diferen3a entre uma e outra variedade 3 que a rela33o entre esse dativo com o verbo da ora33o 3 mais “frouxa”; da3 se concluir a id3ia de que o dativo de interesse n3o 3 previsto pela val3ncia do verbo, ao contr3rio do objeto indireto propriamente dito. Anuindo 3s palavras do catedr3tico e reconhecendo que o dativo de interesse deve ser considerado uma variedade muito afim com o objeto indireto, e deste s3 se distinguindo pela rela33o mais “frouxa” com o verbo, vamos meditar, todavia, sobre as caracter3sticas sem3nticas e formais desta variedade de dativo e sobre seu comportamento gramatical e discursivo.

Referindo novamente as caracter3sticas do dativo de interesse, vale notar as seguintes: do ponto de vista sem3ntico, 3 representado por um substantivo [+ humano] (embora tamb3m seja representado por substantivo [+ animado], mormente quando designa animais domesticados) e cumpre o papel tem3tico de “benefici3rio”<sup>47</sup>; do ponto de vista formal, 3 encetado pela preposi33o “para” (no portugu3s brasileiro, raramente h3 altern3ncia com “a”) e pode corresponder ao pronome “lhe”. Demais, n3o 3 previsto pela val3ncia do verbo.

Antes de examinar os exemplos de nossos *corpora*, a fim de aclarar a id3ia de que esse dativo n3o 3 previsto pela val3ncia do verbo, bem como de patentear as caracter3sticas sem3nticas e formais a que nos referimos, dispensaremos nossa at333o aos seguintes exemplos:

(R) No domingo 3 anivers3rio de Joana, e sua m3e vai fazer um bolo de chocolate **para ela**.

(S) O rapaz, muito cortês, abriu a porta do carro **para a moça**, que não hesitou em entrar.

(T) Feche a porta da sala **pra sua mãe**, Gustavo!

(U) Pegue aquela bolsa preta **pra sua irmã**, por favor.

Os exemplos propostos, alguns dos quais típicos da língua falada, procuram ilustrar o emprego do dativo de interesse. Em primeiro lugar, cumpre observar as características formais e semânticas dos termos em negrito, todos cumprindo a função de dativo de interesse, consoante nossa proposição. Posteriormente, tentaremos substituí-los pelo pronome “lhe”, a fim de patentear a possibilidade de esse pronome cumprir tal função. Do ponto de vista semântico, todos os termos em negrito têm em comum a propriedade de representar o beneficiário no estado-de-coisas designado. Assim, em (R), assume-se a existência de um “mundo” em que uma entidade chamada “mãe” vai fazer (preparar, confeccionar) uma coisa chamada “bolo” para (em benefício de) uma entidade chamada “Joana”. No estado-de-coisas, que se pretende uma representação do “mundo” na frase em questão, incluímos o “beneficiário”; mas sabemos que a semântica do verbo “fazer” não a inclui (“fazer”, nesse caso, pressupõe a existência de uma entidade “agente” e o “objeto” produzido).

Note-se que, na valência do verbo “fazer” (‘preparar ou confeccionar’), não há um lugar previsto pela valência do verbo para o constituinte “para ela”; em outras palavras, a semântica do verbo não inclui referência a uma entidade em benefício da qual a ação designada por ele se realiza. Assim, a valência de “fazer” pode ser formalizada como “X fazer Y” (cf. “Pedro fez o almoço”; “Pedro fez uma torta de abacaxi”, etc.).

Supondo esteja claro o nosso ponto de vista, cingimo-nos a mencionar um aspecto morfossintático (e pragmático) das frases (T) e (U), no tocante ao emprego do dativo de interesse. Nesses exemplos, os verbos “fechar” e “pegar” respectivamente estão empregados na forma de infinitivo e marcam, pois, a força ilocucionária<sup>48</sup> de “pedido” ou “ordem”. O fato importa, na medida em que “o atender a um pedido ou cumprir uma ordem” implica um “destinatário ou beneficiário”: pratica-se uma ação em benefício de alguém ou para alguém. Nossa hipótese é que, nos casos em que se anuncia um verbo na forma infinitiva, haveria

uma condição gramatical (e também pragmática) relevante para a atualização do “dativo de interesse”. Parece válido pô-la em discussão em outros trabalhos.

Vale notar também o fato de o dativo de interesse, em tese, não poder figurar em frases em que se acha o objeto indireto propriamente dito, ou seja, em estruturas valenciais com três lugares vazios, em virtude de representar papel temático muito semelhante ao papel temático normalmente desempenhado pelo objeto indireto e (em decorrência disso, talvez) de não ser possível, dadas as limitações de memória, processar a frase em que se achassem os dois tipos de dativo. Cite-se um exemplo dessa situação estrutural.

(V) (?) Júnior entregou a chave do carro ao seu pai para a sua mãe.

<sup>47</sup> É possível ver aí um “destinatário”, mas, por concisão descritiva, limitamo-nos a referir o papel temático que lhe é próprio. O destinatário, como dissemos, é considerado aqui num contexto sintático-semântico particular.

A frase (V) expressa o seguinte estado-de-coisas: uma entidade chamada “Júnior” entrega uma “coisa” chamada “chave” a uma entidade chamada “pai” em benefício de uma entidade chamada “mãe”. A levar em conta também a alternância, na língua falada coloquial, entre “a” e “para” no constituinte que desempenha a função de “objeto indireto” (“a(o)/para o pai”), a ocorrência desse dativo é ainda mais improvável. É claro que, no uso da língua, os falantes darão a seus enunciados torneios diferentes a fim de expressar os conteúdos ‘destinatário’ e ‘beneficiário’ e de evitar co-ocorrência de termos que expressam conteúdos semânticos cuja distinção não parece estabelecida nas categorias da mente, já que não parecem distintos nas categorias da linguagem. No entanto, casos há em que um conteúdo sobressai ao outro. Por exemplo, suponhamos que o falante A diga ao falante B, quando este o inquirir sobre uma carta que deveria enviar (a um tio muito distante) pelos correios, conforme pediu a mãe (de A): “Ontem, fui aos correios e enviei a carta pra minha mãe!”. Nesse contexto, “pra minha mãe” não representa a entidade a quem se enviou a carta, senão a entidade em benefício da qual se enviou a carta, já que, pelo contexto, é fácil entender que o falante A foi aos correios para enviar uma carta a uma entidade qualquer (a um tio distante), que não está anunciada, conforme a recomendação da mãe. É somente pelo contexto, portanto, que se pode desfazer a ambigüidade: num contexto, “pra minha mãe” pode ser o destinatário (a pessoa a quem se destina a carta); noutro contexto, como o apresentado aqui, pode ser o beneficiário, a saber, a pessoa em benefício da qual a carta é enviada ou a pessoa interessada em que a carta chegue ao seu destino (daí a designação “dativo de interesse”).

---

48. Ao produzir um enunciado, o falante o faz imprimindo-lhe uma determinada “força”: de pergunta, de pedido, de ordem, de asserção. O conceito de “força ilocucionária” encerra, por um lado, a entoação com que o falante pronuncia seu enunciado; por outro, a intenção (de perguntar, pedir, etc.) com que o faz.

Não nos pretendendo exceder em demasiada discussão, que escapa aos objetivos deste trabalho, vamos admitir que a co-ocorrência do dativo de interesse e do objeto indireto, em virtude dos motivos referidos anteriormente, é muito pouco provável; ou seja, o dativo de interesse não tende a ocorrer com verbos trivalentes, tais como “dar”, “entregar”, “enviar”, etc, em cujas predicções se depreende indubitavelmente o “destinatário”, representado na forma de “objeto indireto”. Pode figurar, nesses casos, entretanto, quando o constituinte que indica o “destinatário” (o objeto indireto) é calado.

Vamos admitir outrossim que o dativo de interesse, como se pode deduzir dos exemplos citados, figura, via de regra, em estruturas valenciais de dois lugares vazios. Pode, entretanto, figurar, às vezes, junto a certos verbos monovalentes (ou intransitivos). Veja-se, por exemplo, a frase “O rapaz trabalha para a família”, caso em que a idéia de ‘beneficiário’ confunde-se com a de ‘finalidade’; parece-nos, todavia, que, na construção análoga ‘O rapaz trabalha para o bem da família’, a idéia de ‘finalidade’ prevalece sobre a idéia de ‘beneficiário’, já que a estrutura ‘para\_\_SN’ é formada pela forma substantiva “(o) bem”, da qual não se deduz o traço [animação].

Esses exemplos com o verbo “trabalhar” pode-nos levar a concluir que, nos casos de certos verbos monovalentes (ou intransitivos), torna-se difícil distinguir os conteúdos de ‘beneficiário’ e ‘finalidade’, próprios de construções formadas por “para” e “substantivo”. No entanto, qualquer especulação ou tentativa de descrição sobre a atualização do dativo de interesse na sintaxe portuguesa não pode prescindir do contexto. A fim de corroborar a dificuldade de distinguir entre os dois conteúdos, tome-se a seguinte frase “Aline canta para a família?” Ora, como interpretar o termo introduzido pela preposição “para”? Qualquer resposta prévia despojará a questão de aspectos semântico-discursivos interessantes; uma resposta satisfatória, do ponto de vista funcionalista, deverá levar em conta a situação. Se sabemos que “Aline” canta no coral da Igreja, por exemplo, e que, certo dia, em sua casa, ela toma em mãos o microfone e descansa sobre o regaço o violão, e põe-se a cantar perante a família, que, reunida, se deleita com sua voz, o constituinte “para a família” da frase em questão pode ser interpretado como indicativo de ‘finalidade’, mas pode denotar o ‘beneficiário’ (cf. Aline canta para (entreter) a família/ canta em benefício da família). Suponhamos agora que a frase fosse enunciada numa situação tal, em que duas pessoas conversassem sobre a

bela voz de Aline. Um dos participantes do diálogo poderia dizer aquela frase, para lamentar o fato de Aline não almejar o sucesso na carreira musical. Por exemplo, um deles poderia dizer: “Acho a voz de Aline muito bonita... Ela faria muito sucesso!” O outro poderia acrescentar: “... É verdade... Pena que Aline canta pra família”. Nesse caso, também podemos reconhecer a ‘finalidade’ ou o ‘beneficiário’; mas o falante não entende a frase da mesma maneira, nas duas situações hipotéticas: a finalidade na primeira situação é entreter a família; na segunda, é prover a subsistência da família (ou pelo menos ajudar a provê-la). Assim também, na primeira situação, Aline canta para beneficiar (ou favorecer) a família de algum modo, ou seja, para causar-lhe contentamento, prazer, etc.; na segunda situação, Aline canta para beneficiar a família de outro modo, ou seja, provendo (ou ajudando a prover) a subsistência da família. Em síntese, há as seguintes correlações semânticas:

#### Situação 1

FINALIDADE = entreter a família

BENEFÍCIO = entretenimento da família

BENEFICIÁRIO = a entidade que se entretève

#### Situação 2

FINALIDADE = prover ou ajudar a prover a subsistência da família

BENEFÍCIO = subsistência ou possibilidade de subsistência da família

BENEFICIÁRIO = a entidade que subsiste ou a quem Aline ajuda a subsistir.

Não intentamos, por meio dessa síntese, sugerir que os conteúdos sejam distintos, senão mostrar como esses conteúdos são expressos, por meio de formas lingüísticas semelhantes (ou, sob certa perspectiva, idêntica) e como se “diluem” no âmbito discursivo. Assim é que, provavelmente, a única característica que parece diferenciar os dois conteúdos, tendo em conta, por exemplo, formas como “para” e “em benefício de” (cf. Aline canta para a família/ Aline canta em benefício da família), é que, com a forma “em benefício de” marca-se o ‘benefício’, o ‘favorecimento’ da ação realizada: o resultado da ação, ou seja, a finalidade é orientada para beneficiar alguém. Ao contrário, a finalidade com

“para” é não-marcada, já que não assinala, *a priori*, o benefício da ação. Portanto, parece haver dois conteúdos finais e duas formas (dentre tantas outras, é claro) de expressar a finalidade: um conteúdo final de benefício, expresso por uma forma como “em benefício de” (cf. “em detrimento de”) e um conteúdo final não-marcado, do ponto de vista da orientação subjetiva da finalidade (isto é, “fazer algo para o bem/ para o mal/ para beneficiar/ para prejudicar alguém”), que é expresso (entre outras formas) pela preposição “para”.

Sem mais delongas, esperamos tenha ficado claro o comportamento sintático-discursivo dos termos em negrito nos exemplos de (R) a (U). Aqueles constituintes dão-nos testemunho da função de dativo de interesse na sintaxe portuguesa: a variedade de dativo que, provavelmente, mais se assemelhe ao objeto indireto, já semanticamente, já formalmente (como nos deixa entrever o fato de ambos poderem ser representados pelo pronome “lhe” e de, eventualmente, haver alternância entre “a” e “para” no objeto indireto (sobretudo nas variedades informais da língua falada)). Cumpre ressaltar, contudo, no que toca ao aspecto formal, que a alternância entre aquelas preposições sinaliza ser improvável a co-ocorrência daqueles termos; o dativo de interesse, ainda que empregado junto a verbos como “dar”, “entregar”, “oferecer”, caso em que é calado o objeto indireto (“destinatário”), não admite a presença de “a”. Dessa sorte, dada a situação em que “Júnior” tivesse que devolver ao vizinho uma ferramenta que tinha sido emprestado ao seu pai, “Júnior”, após ter atendido ao pedido do pai, poderia voltar a casa e dizer a sua mãe: “Mãe, já devolvi a ferramenta pro meu pai”.

No enunciado em pauta, “pro meu pai” indica a entidade interessada em que chegue às mãos do vizinho a ferramenta que ele lhe havia emprestado. Não se negue que, nesses casos, pode haver ambigüidade, já que, para evitá-la, no contexto proposto, dever-se-ia supor que a mãe do menino estivesse ciente de que a ferramenta não pertencia ao pai de Júnior, e que o pai de Júnior havia pedido ao filho que devolvesse a ferramenta ao vizinho. A possibilidade de haver ambigüidade, nesses casos, no entanto, não invalida nossa argumentação; cremos que um *corpus* bem delimitado da língua falada possa encerrar muitas ocorrências desse dativo em predicções como as que apresentamos.

Podemos permutar todos os termos em destaque em (R), (S), (T) e (U) com o pronome “lhe”. As frases podem ser reescritas assim, com eventuais alterações:

(R) No domingo é aniversário de Joana, e sua mãe vai **lhe** fazer (**-lhe**) um bolo de chocolate.

(S) O rapaz, muito cortês, **lhe** abriu (**-lhe**) a porta do carro, e a moça não hesitou em entrar.

(T) (**lhe**) feche-**lhe** a porta da sala, Gustavo!

(U) (**lhe**) pegue-**lhe** aquela bolsa preta, por favor.

Deter-nos-emos a examinar os exemplos colhidos da Literatura, doravante. Seguem-se as frases:

(38) “Camilo **arranjou-lhe** casa para os lados de Botafogo, e foi a bordo recebê-lo”. (*A Cartomante* – Machado de Assis)

(39) “(...) tinham vindo para o Rio, o inacreditável Rio, a tia **lhe arranjava** emprego (...)”. (*A Hora da Estrela* – Clarice Lispector, p. 30)

(40) “O infeliz defendia-se. Com as humilhações continuadas, limitava-se por fim a engolir em seco. Um dia chorou, pediu-me soluçando que **lhe arranjasse** uma colocação no fisco estadual”. (*São Bernardo* – Graciliano Ramos, p. 86)

(41) “[Macabéa] pediu que a tia **lhe comprasse** óleo de fígado de bacalhau” (*A Hora da Estrela* – Clarice Lispector, p. 62).

(42) “A velha Margarida mora aqui em S. Bernardo, numa casinha limpa (...) Tem um século, e qualquer dia destes **compro-lhe** mortalha perto do altar-mor da capela”. (*São Bernardo* – Graciliano Ramos, p. 11)

São poucos os exemplos registrados; mas cuidamos não rareiam, quando da ampliação de um *corpus*. Alguns dentre os exemplos já foram citados. No que toca aos exemplos (41) e (42), já citados alhures, importa dizer que a entidade que denota o vendedor não está anunciada; o “**lhe**” refere-se a um constituinte encabeçado pela preposição “para” que indica o beneficiário (ou o prejudicado) no estado-de-coisas designado. É interessante lembrar, como se discutiu na sub-seção 6.3.2., que nesses casos o constituinte que designa a entidade que vende é calado; e o constituinte cujo núcleo é um substantivo que designa a entidade a quem a “compra” beneficia é, geralmente, atualizado. De sorte, impõe-se reconhecer um problema, que pode ser resumido na oposição “frequência de uso” x

“previsibilidade valencial”. Ou seja, de acordo com a nossa proposta, o constituinte que representa a entidade beneficiada é um circunstante, ou seja, um constituinte que não é previsto pela valência do verbo “comprar”, uma vez que esse constituinte não está implicado na semântica desse verbo, a despeito de ser atualizado com muita frequência (e raramente parece co-ocorrer com o constituinte que indica o “vendedor”, posto que seja possível a co-ocorrência). Logo, a frequência de uso determinaria a previsibilidade valencial? Poderíamos dizer, por exemplo, que, em virtude da (maior?) frequência de uso do constituinte que indica a entidade a quem a compra beneficia, esse constituinte se tornaria previsto pela valência, ou seja, ele passaria a ser selecionado pelo verbo? Cabe aqui deduzir desse questionamento a simplicidade e a obscuridade com a questão de “transitividade” é abordada na tradição, normalmente redundando em duas práticas: ou se “elegem” certas predicções como representantes de um padrão de transitividade “ideal” (p.ex. em Hoje não comi / Hoje só comi maçãs, o verbo “comer” inclui-se na classe dos transitivos, que eventualmente podem dispensar complemento direto); ou se diz que é no contexto que se deve classificar certos verbos quanto à predicção, como se não se pudesse prever a sistematicidade de sua predicção. As duas alternativas são inadequadas. Em primeiro lugar, deve-se ter em conta que não é indiferente dizer “Hoje não comi” e “Hoje não comi maçãs”; o emprego do verbo “comer” desacompanhado de seu complemento direto não pressupõe necessariamente um caso de elipse discursiva; implica reconhecer que foi empregado em outra acepção (ou, pelo menos, para cumprir outros propósitos comunicativos). Em “Hoje não comi”, informa-se que não se fez uma alimentação qualquer (“almoço”, “jantar”, “lanche”, etc.). Portanto, não é indiferente o anunciar ou calar o complemento direto nesse caso. Em segundo lugar, ao propor que a predicção de certos verbos seja reconhecida quando do seu uso num contexto particular, a tradição mascara o fato de ser possível prever a transitividade de um determinado verbo, como é o caso de verbos como “comer”, “beber”, “escrever”, etc. Os estudos lingüísticos que se preocupam com uma descrição mais coerente dessa questão reconhecem que certos verbos apresentam dois potenciais funcionais; portanto, devem incluir-se numa terceira classe: a dos verbos que podem comportar-se transitiva e intransitivamente. Assim, “comer”, por exemplo, não se inclui na classe dos transitivos, na qual está o verbo “abrir”, cujo objeto direto deve ser marcado formalmente na língua (a omissão do

complemento explica-se por força da situação discursiva), tampouco se insere na classe dos intransitivos, já que pode empregar-se com objeto direto; entra a fazer parte da classe dos verbos que apresentam dois potenciais funcionais: pode, em um de seus empregos, construir-se com objeto direto; em outro, pode construir-se sem esse complemento.

Concordamos que se deve entender a transitividade como um subsistema na “rede sistêmica da língua” e se deve relacioná-lo, primeiramente, à função ideacional, reconhecendo a influência de outras duas funções da linguagem, como a “interpessoal” e a “textual” no estudo desse conceito. Considerada nessa perspectiva, a questão da transitividade não se resolve em noções como ‘obrigatório’ e ‘acessório’, tampouco em ‘eventualidade de uso’.

Procurando responder àquela pergunta, e conscientes de que a resposta apresentada não é, decerto, peremptória, a relação entre a atualização de certas expressões lingüísticas e a previsibilidade valencial repousa no reconhecimento de que a estrutura dos enunciados não é “fixa”, “invariável”; é, pois, suscetível às pressões de uso. No entanto, ao mesmo tempo em que o “uso” exerce influência sobre a forma da língua (modificando padrões, reorganizando paradigmas, determinando escolhas dentre as possibilidades do sistema, etc.), também é responsável por “fixar”, ou melhor, “estabelecer” as estruturas lingüísticas. Ora, o uso a que nos referimos é o uso social da língua. Tendo em vista que esse uso, na realidade social, assim como engendra variação e mudança, assim também “conserva” certos padrões lingüísticos, pode-se dizer também que “fixa” modelos estruturais, mais ou menos estáveis, pelos quais os falantes podem construir seus enunciados; do contrário, a cada ocorrência de uma forma - verbal, por exemplo-, poder-se-iam realizar combinações diversas; e o conceito de estrutura, portanto, cairia por terra. É claro que a língua apresenta uma organização interna; igualmente é evidente que o uso vai determinar a forma dos enunciados produzidos pelos falantes em situações reais de comunicação; mas também é certo que há uma estrutura abstrata, relativamente estável, que pode ser descrita e que constitui um “legado” do uso que fizeram da língua as diferentes gerações de falantes; é justamente porque as gerações não se sucedem umas as outras, mas se mesclam, que a estabilidade estrutural da língua se conserva.

Não se nega, portanto, a existência da estrutura e a necessidade de descrevê-la. No que toca ao caso de “comprar”, admite-se que a língua faz um “recorte” da

realidade, o qual inclui a entidade que denota o ‘beneficiário’; mas isso não implica o sugerir que o constituinte que indica o “vendedor” seja um circunstante, senão um actante facultativo. Destarte, é possível que já se note na língua uma reorganização do sistema de transitividade do verbo “comprar”: o verbo poderia construir-se com o constituinte que indica o vendedor ou com o constituinte que indica o beneficiário. Isso, todavia, não nos autoriza a considerar este último constituinte como um actante; porquanto, afinal, veicula um conteúdo “circunstancial”, do ponto de vista do estado-de-coisas designado. Não se modificando o ato de comprar, na realidade extralingüística, vale o modelo de predicação que supõe o “vendedor”, que é, junto ao “comprador”, a entidade que participa efetivamente do estado-de-coisas designado. Esses papéis são, aí, atualizados por constituintes actanciais, embora um deles (o que indica o “vendedor”) seja facultativo.

Fique claro, portanto, que a noção de “previsibilidade valencial” é válida também nos casos em que se acha o verbo “comprar”, na medida em que ela não nega a idéia de que a língua é um sistema de possibilidades (o falante, nesse caso, pode, pois, anunciar o constituinte que indica o ‘beneficiário’ e calar o que indica o ‘vendedor’, para atender a determinados propósitos comunicativos), mas se relaciona à idéia de que a língua é também uma realidade histórica e, portanto, os esquemas de predicação estão disponíveis no léxico, para fins de uso. Esses esquemas resultam de um “recorte” que a língua faz da realidade experimentada pelo homem; desse “recorte” fazem parte “entidades” que são representadas por unidades lingüísticas de valor actancial, ou circunstancial, consoante a pertinência semântica no estado-de-coisas designado.

Não pretendendo aqui suscitar uma hierarquia dos papéis temáticos em conformidade com a natureza actancial ou circunstancial dos termos oracionais, a verdade é que certos conteúdos como o de ‘lugar’, ‘tempo’ podem ser veiculados por actantes, como em “Pôr o livro na estante” e “A reunião durou duas horas”, ou por circunstantes, como em “O soldado dorme no quartel todos os fins de semana”.

Sumariando essa discussão, também não nos podemos olvidar de notar que o constituinte que indica a entidade a quem se compra alguma coisa não cumpre o papel temático de “destinatário”; como dissemos, melhor seria considerá-lo um co-agente. Ademais, como a tradição gramatical não parece admitir a

concorrência de outra preposição com a preposição “a” introduzindo o “objeto indireto”, não se justifica o querer incluir esse constituinte na classe dos objetos indiretos.

Antes de levar a efeito essa sub-seção, cumpre notar a estrutura valencial do verbo “arranjar”, que está empregado nas três ocorrências, na acepção de ‘obter’.

#### ARRANJAR – X arranjar Y (para Z)

O estado-de-coisas designado pelo verbo “arranjar” pode ser assim resumido: “uma entidade X arranja /obtem uma coisa Y (“casa”, “emprego”, “colocação”)”. O constituinte ‘para\_\_SN’, que indica a entidade para quem se consegue alguma coisa (“uma casa”, “um emprego”, etc.) não está implicada no ato de “arranjar”; é, portanto, a entidade em benefício da qual uma situação (“ação”, “processo”, etc.) é realizada. Essa entidade, que representa o “beneficiário”, constitui um conteúdo circunstancial; e é, sintaticamente, um circunstante.

Do exposto nessa sub-seção, pode-se concluir que, deveras, o dativo de interesse constitui uma sub-variedade do dativo subordinado, designado na tradição como “objeto indireto, deste não se distinguindo, sobretudo, sob o aspecto semântico. Por outro lado, não se negue que esse dativo se manifesta na língua (quer na modalidade oral, quer na modalidade escrita) e que, segundo nossa proposta, não constitui um actante do verbo, ao contrário do objeto indireto. Outrossim cabe dizer que o objeto indireto figura em construções relativamente bem determinadas, as quais encerram, quase sempre, um verbo que denota ‘movimento’ ou ‘transferência’, e nas quais cumpre o papel de “destinatário”; o dativo de interesse, como se viu, inclui-se em construções com verbos bivalentes, se bem que pareça figurar em construções com certos verbos monovalentes.

Insistimos em que a generalização, ou a tentativa de generalização, apresentada acima, pode não ser a mais coerente; contudo pensamos constituir um parâmetro para estudos posteriores sobre a questão, tendo em vista sempre o “nó” descritivo feito pela tradição, na medida em que, definindo o objeto indireto como um complemento do verbo, estende a definição, na prática analítica, a casos de dativos que, consoante se depreende da qualificação “livres”, não cumprem a função de complemento, senão de “adjunto”.

### 6.5.3 O caso dos verbos *aparecer* e *marcar*

Ocorreu-nos ser mais adequado reservar uma sub-seção para refletir o mais breve possível sobre dois casos interessantes de emprego do pronome “lhe”. Esses casos patenteiam, entre outras coisas, dois aspectos importantes do comportamento sintático-discursivo do “lhe”: 1) a possibilidade de cumprir a função de dativo ético, que constitui uma sub-variedade do dativo de interesse; 2) e a possibilidade de cliticizar estruturas cujo papel temático não parece bem definido. Citem-se esses dois únicos exemplos:

(43) “A porta abriu-se, e **apareceu-lhe** Vilela”. (*A Cartomante* – Machado de Assis)

(44) “Mendonça quis conservar-se no limite que **lhe** estava **marcado**. A porta aberta do jardim podia ser esquecimento da parte dos fâmulos”. (*Miss Dollar* – Machado de Assis)

Tomemos o exemplo (43). O verbo “aparecer”, empregado na acepção de ‘surgir, mostrar-se’, apresenta a seguinte estrutura valencial: X aparecer a Z. Pode, entretanto, nessa acepção, dispensar o actante 3 (objeto indireto); mas isso não nos impede de sugerir haver aí um A3.

A despeito de nossos *corpora* não encerrar nenhum caso em que o “lhe” cumpre a função de dativo ético, não nos escusamos de notar o emprego de “lhe” nessa função sintático-discursiva. Para tanto, considerem-se os significados ‘surgir’ e ‘tornar-se visível’, próprios do verbo “aparecer” e observem-se, abaixo, as estruturas relacionais nas quais esses significados são expressos.

APARECER – X aparecer a Z  
X aparecer

Citem-se os seguintes exemplos, a fim de dar testemunho do comportamento sintático-discursivo do pronome “lhe” nessas estruturas.

(W) O fantasma apareceu a Pedro de repente.

(X) O fantasma apareceu para Pedro de repente.

(Y) O fantasma apareceu.

(Z) Pedro lhe apareceu em casa tarde da noite.

Nos exemplos (W), (X), o verbo “aparecer” seleciona um constituinte que pode ser introduzido pela preposição “a” ou “para”. O exemplo (Y) mostra-nos ser possível calar o A3; como dissemos, não negamos que o A3 possa ser obliterado em muitos casos. Do ponto de vista semântico, o pronome “lhe” refere-se a um constituinte cujo substantivo denota a entidade tomada como “destinatário”; isso contraria, pois, a concepção mais geral do papel temático de destinatário – concepção esposada por nós -, a saber, entidade a quem a ação do verbo se destina. Do modo como a definimos, pode-se entrever que o destinatário se deduz de um tipo específico de estado-de-coisas: o de ‘ação’. Sem pretender suscitar discussão infensa aos objetivos de nossa exposição, vamos admitir que o papel temático seja “x”, ainda não bem conhecido; por coerência descritiva, não vamos considerar a existência de um “destinatário”, na acepção em que é entendido nas predicções com verbos tais como “dar”, “entregar”, “enviar”, “comunicar”, etc. Um exame mais demorado dos papéis temáticos representados pelos substantivos que cumprem a função de “objeto indireto” escapa aos objetivos de nosso trabalho; podemos, todavia, suscitar haver naqueles exemplos ((W) e (X)) uma entidade “perceptora”, a saber, que consegue perceber, pela visão, a entidade representada no sujeito (“o fantasma”). Por outro lado, quiçá haja quem veja no emprego de “para” a idéia de ‘destino/direção’, entendida, todavia, diferentemente do modo como é entendida em predicções com verbo “ir”, “enviar”, “levar”, “viajar”, etc. (cf. Ir a São Paulo / Ir (do Rio) para São Paulo).

Nossas considerações acerca da questão dos papéis temáticos não se pretendem cabais; procuram, ao contrário, suscitar controvérsia, que é tão necessária à melhor compreensão das relações entre significado e forma, em matéria de linguagem. Demais, pretendem enfatizar que, dada a complexidade dos fenômenos lingüísticos, não se pode querer reduzi-los a conceitos terminantes, que devem ser aplicados a todos os casos; por vezes, é necessário “olhar mais de perto”, a fim de que se nos afigure uma hipótese mais elucidativa. Em matéria de linguagem, não se pode reduzir os esforços descritivos à resposta do tipo “sim ou não”, sob pena de acarretar, por vezes, muita incoerência; muita vez, satisfaz ao

espírito um “é provável”, porquanto, assim, não se castra o desejo por compreender melhor a natureza da linguagem e se promove a discussão, pertinente em qualquer ramo de conhecimento humano.

Por fim, considerando o exemplo (Z), suponhamos uma situação em que o falante A trava diálogo com o falante B sobre o fato de o filho de C ter chegado tarde de uma festa. Assim, o falante A poderia enunciar a frase “Pedro lhe apareceu em casa tarde da noite”. Veja-se que “lhe” refere-se ao falante C; mas esse falante não representa, no enunciado, o “beneficiário”, tampouco o “destinatário”, ainda que se possa considerá-lo uma sub-variedade do dativo de interesse. Apresentando comportamento essencialmente dêitico, o pronome “lhe”, na função de dativo ético, “não representa um actante que participa na ação, mas aponta para o locutor ou o alocutário” (Busse&Vilela, 1986: p. 30). Cumpre notar, levando em conta a citação de Busse e Vilela, que o dativo ético pode referir-se à 3ª pessoa do discurso, ou a “não-pessoa”. Por outro lado, por força do tratamento pela forma “você”, que alterna com “tu”, no dialeto carioca, por exemplo, o pronome “lhe” pode aparecer como a forma alternativa à forma “te”. Assim, “lhe” pode referir-se ao enunciatário (2ª pessoa do discurso). Suponha-se que “Pedro” fosse filho do falante B, e o falante A dissesse, a certa altura, “...e Pedro lhe apareceu tarde da noite, não é?...”. Outro exemplo dessa função se vê em “Pedro saiu-lhe um figurão nos negócios”, dito, por exemplo, pelo falante A ao falante B, quer sendo B o pai de Pedro, quer sendo C o pai de Pedro. No primeiro caso, “lhe” se refere à segunda pessoa do discurso; no segundo, à terceira pessoa.

No tangente ao exemplo (44), em que figura a forma “marcar”, na acepção metafórica de ‘marcar’, ‘assinalar’, vale notar dois aspectos: um formal, que repousa na forma da unidade cliticizada pelo “lhe” (a ele ou para ele?); outro semântico, que diz respeito ao tipo de papel temático desempenhado pelo constituinte a que se refere o pronome. Ilustramos o que dissemos assim:

Marcar – Voz passiva: X (o limite) estava marcado (a/ para Z)

Voz ativa: X marcar Y (a/para Z)

Indicamos, com os parênteses, a natureza circunstancial do termo. Intuímos a adequação de “para”; todavia, como não se topasse nenhum exemplo da estrutura ‘prep.+ subst.’, só podemos conjecturar. Do eventual emprego de “para”

não se conclui a impossibilidade de empregar “a”; pode-se admitir a alternância entre as preposições.

Convém notar também o tipo de papel temático desempenhado pelo referido termo. Em que pese à assunção de que é um circunstante, não parece indicar o “destinatário” nem o “beneficiário”. Limitamo-nos a essa observação, visto que não é possível aqui aventar qualquer conjetura.

Esperamos que os casos aqui discutidos suscitem a investigação dos tipos de papéis temáticos desempenhados pelas variedades de dativo tratadas. Avultam dois papéis temáticos gerais, que se confundem muitas vezes, quando se dispensa atenção aos casos de dativo de interesse e de objeto indireto – o “beneficiário” e o “destinatário” – mas, como vimos, no domínio do objeto indireto, há outros papéis temáticos que não foram definidos na tradição, e no domínio dos dativos “livres”, os papéis temáticos constituem uma lacuna descritiva. Qualquer generalização num e noutra caso, como temos procurado mostrar, priva-nos de uma investigação mais acurada, que pudesse oferecer um quadro teórico mais coerente.

## 6.6

### **Verbos que selecionam complemento introduzido por preposição diferente de a e cliticizável em lhe**

Os casos ventilados nesta seção constituem ocorrência de “lhe”, cliticizando constituintes principiados por preposição diferente de “a”, via de regra, pela preposição “em”, se bem que, não raro, se deva considerar a alternância entre as duas preposições.

Os exemplos em que a preposição “em” introduz o complemento não são escassos. Citem-se estes abaixo:

(45) “(...) Galinhas ciscavam (...) lá embaixo, ao nível do chão, era a cadeia, onde os presos se distraíam **jogando-lhes** sobras de comida ou pequeninas coisas que as assustavam”. (*Câmara Secreta* – Carlos de Drummond de Andrade).

(46) “Lembrei-me do tacho velho, que era o centro da pequenina casa onde vivíamos. Mexi-me em redor dele vários anos, lavei-o, **tirei-lhe** com areia e cinza as manchas de azinhavre – e dele recebi sustento” (*São Bernardo* – Graciliano Ramos, p. 57)

(47) “E a conversa caiu. Para levantá-la, abri o jornal e **preguei-lhe** um dedo”. (*São Bernardo* – Graciliano Ramos, p. 74)

(48) “Depois fez um gesto incrível: era a idéia de ouvir a cartomante, que **lhe passava** ao longe, muito longe, com vastas asas cinzentas; desapareceu, reapareceu, e tornou a esvair-se no cérebro; mas daí a pouco moveu outra vez as asas, mais perto, fazendo uns giros concêntricos...”. (*A Cartomante* – Machado de Assis)

(49) “Do contato com a tia ficara-lhe a cabeça baixa. Mas sua beatice não **lhe pegara** (...)”. (*A Hora da Estrela* – Clarice Lispector, p.29)

Os constituintes a que se refere o “*lhe*” nesses casos são actantes, excetuando-se o caso (48). É mister ressaltar, todavia, que, por coerência descritiva e metodológica, não podemos considerá-los como casos de “objeto indireto”. Seguem-se as estruturas valenciais dos verbos em destaque.

JOGAR – X jogar Y em Z

TIRAR – X tirar de Z Y / X tirar Y (de Z)

PREGAR – X pregar Y em Z

PASSAR – X passar (longe de Z)

PEGAR – X pegar em Z

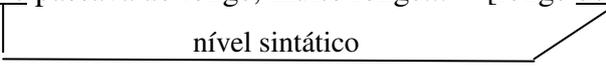
Detendo-nos a analisar aquelas ocorrências de “*lhe*”, tomemos o exemplo (45). O verbo “jogar” aí foi empregado na acepção de ‘arremessar’, e a preposição “em” marca o objeto afetado pela ação de “jogar” (cf. Jogar amendoins no elefante/ jogar amendoins para o elefante). A preposição “para” marcaria o ‘destino’. É importante atentar para o fato de o pronome referir-se a um constituinte introduzido por preposição diferente de “a” (ou “para”), que indica o ‘paciente’ ou ‘objeto afetado’ pela ação do verbo.

No exemplo (46), assinala-se uma ambigüidade estrutural a que já fizemos alusão. O pronome “*lhe*” pode referir-se a um constituinte que apresenta a estrutura ‘de\_\_SN’, que pode vincular-se ao verbo “tirar” (‘fazer sair de um lugar’), ou pode ajuntar-se ao constituinte “as manchas de azinhavre (dele)”. No primeiro caso, será um actante, embora não seja, segundo nossa proposição, um objeto indireto, tampouco um complemento relativo; no segundo caso, cumpre a

função de dativo de posse. Há que se notar a referência a substantivo [- animado] (lhe = “tacho (velho)”).

Em (47), o clítico se refere a um constituinte locativo cuja estrutura pode ser formalizada como ‘em\_\_SN’. Esse constituinte é previsto pela valência de “pregar” (‘fixar’) Outrossim substituí um constituinte cujo substantivo é [- animado].

O exemplo (48) dá-nos a saber a referência de “lhe” ao constituinte “dele” (*de Camilo*), cuja estrutura pode ser descrita como ‘de\_\_SN’, o qual integra a locução “longe de” (“... lhe passava, ao longe, muito longe (dele)”). Esquemáticamente, o comportamento sintático-discursivo de “lhe” pode ser assim representado:

“... a cartomante que lhe passava ao longe, muito longe...” [longe de X ]  


[ de X ] = constituinte que integra a locução “longe de”.

[ de X ] ou [lhe] = potenciais paradigmáticos.

Do ponto de vista do discurso, haveria duas possibilidades:

1ª possibilidade - o emprego do constituinte “de X”, em que “X” representa o pronome “ele”, que se refere anafóricamente a “Camilo” (forma lingüística anteriormente anunciada no parágrafo, que se inicia com “Camilo reclinou-se no tífuri...”). Esse constituinte poderia ser integrado na construção “longe de”: “... passava ao longe, muito longe dele”.

2ª possibilidade – o emprego de “lhe”, tal foi o caso, para fazer referência ao personagem “Camilo”. O “lhe” é interpretado sintática (ou seja, como forma correspondente à forma “de\_\_SN”) e semanticamente (isto é, como uma unidade anafórica que remete a um substantivo [+ humano] que serve de ponto referência a partir do qual se pode ‘situar’ a ação descrita por “passar”, à semelhança de um ‘locativo’ (cf. passar longe da casa/ do museu)), por força do advérbio “longe”, que pode, não raro, aparecer sob a forma de locução prepositiva (“longe de”).

Cumprir dizer que o pronome “lhe” é, nesse caso, um circunstante; não figura na frase, portanto, por exigência do verbo “passar”.

O emprego do verbo “pegar”, em (49), na acepção de ‘contaminar’, é típico da variedade coloquial da língua falada. O efeito estilístico do emprego desse verbo não pode ser ignorado. Veja-se que o narrador, ao empregar o verbo

“pegar”, nessa acepção, deixa patente o tipo de relação (de repressão, sujeição, etc.) entre a personagem “Macabéa” e sua “tia”: a tia conseguira roubar-lhe o brio, mas a moça não foi “contaminada” pela “devoção fingida” da tia.

Coteje-se aquele giro com “A gripe lhe pegou”. O pronome “lhe” substitui um constituinte cuja estrutura pode ser formalizada como ‘em\_\_SN’. Também aqui se pode dizer que há uma entidade que representa o ‘paciente’.

No que toca à possibilidade de haver alternância entre preposições, posto que não registrássemos nenhum caso, vejam-se os seguintes: “O guarda aplicou uma multa a ele/nele”, “O pai aplicou uma punição a ele/nele”, etc. Nesses exemplos, pode-se usar “lhe”: “O guarda aplicou-lhe uma multa” / “O pai aplicou-lhe uma punição”.

## 6.7

### O emprego de *lhe* em construções várias

#### 6.7.1

##### Construções formadas por verbo + SP

As construções em que se acha o pronome “lhe” constituem os casos a que chamamos de “construções estereotipadas”, em cuja estrutura se acha um verbo de natureza vária (monovalente, trivalente, etc.) seguido de um sintagma preposicional, que pode ser introduzido por uma preposição simples ou por uma locução prepositiva. Seguem-se os exemplos:

(50) “Camilo achou-se diante de um longo véu opaco... pensou rapidamente no inexplicável de tantas cousas (...), e a mesma frase do príncipe da Dinamarca **reboava-lhe dentro**”. (*A Cartomante* – Machado de Assis)

(51) “Apenas dera alguns passos **surgiu-lhe em frente** *Miss Dollar* latindo (...)”. (*Miss Dollar* – Machado de Assis)

(52) “Até que não seria de todo ruim ser vampiro pois bem que **lhe iria** algum rosado de sangue **no amarelado do rosto**”. (*A Hora da Estrela* – Clarice Lispector)

(53) “O Safado do velhaco, turuna, homem de facão grande no município dele, passou-me um esbregue. Não desanimei: escolhi uns rapazes em Candalancó

e quando o doutor ia para a fazenda **caí-lhe em cima**, de supetão”. (*São Bernardo* – Graciliano Ramos, p. 13)

(54) “Apenas abriu, **caiu-lhe** a carta **aos pés**”. (*Miss Dollar* – Machado de Assis)

(55) “- Pois sim. (...) E se ela não se convencer, **sapeco-lhe** um bocado de patriotismo **por cima**”. (*São Bernardo* – Graciliano Ramos, p. 85)

A título de ilustração, impõe-se atentar às seguintes estruturas relacionais:

REBOAR – X reboar (dentro de Y)

SURGIU – X surgir (em frente de/a Z)

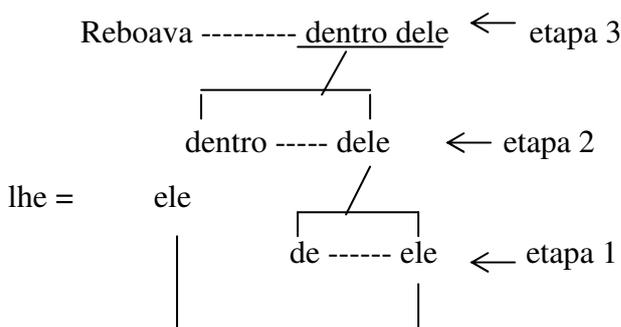
IR – X ir (bem) (em Y de Z) / X ir bem (a Z) (em Y)

CAIR – X cair em ( em cima de) Y / X cair a Y (de Z)

SAPECAR – X sapecar Y em (por cima de) Z

Vamos pôr em discussão esses casos. Começemos, observando o seguinte: o pronome “lhe” em todos os casos corresponde a um constituinte cuja forma é ‘de\_\_SN’, que se atrela ao sintagma preposicional que se segue ao verbo. Devemos, contudo, distinguir entre dois casos: 1) o constituinte que apresenta a estrutura ‘de\_\_SN’ pode atrelar-se à locução prepositiva, caso em que, a rigor, a preposição desse constituinte é parte integrante da locução; 2) esse constituinte pode relacionar-se ao sintagma preposicional formado por “preposição + substantivo + preposição + substantivo”. Destarte, uma construção como “reboava-lhe dentro” deve ser analisada como:

Reboava-lhe dentro



O esquema acima, além de patentear a relação entre “lhe” e a forma ‘de\_\_SN’, procura representar uma visão da estruturação sintática que pretende contestar a análise tradicional que inclui o “lhe” entre os “adjuntos adverbiais”. Como se pode depreender do esquema, o pronome “lhe” não corresponde a toda a estrutura “dentro de”, senão a uma “parte” da estrutura. Sem pretender discutir sobre a natureza constitucional da seqüência “dentro de”, vale notar que o pronome “lhe” corresponde a uma forma como “ele”, a qual se combina com a preposição, do que resulta um sintagma preposicional que, a seu turno, se atrela ao advérbio “dentro”. Ora, entender o “lhe”, nesse caso, como um “adjunto adverbial” não constitui uma análise aceitável, porquanto o “adjunto adverbial” corresponde a toda a seqüência “dentro dele”. Ainda que consideremos a preposição como parte “fixa” da construção, o “lhe”, correspondendo à forma “ele”, não pode ser classificado como um “adjunto adverbial”, visto que ainda assim não corresponde a toda a seqüência “dentro dele”: “lhe” não substitui a forma “dentro”; corresponde, pois, à forma “de + ele”.

No esquema, conquanto se possa ver a “ruptura” da unidade “dentro de”, não se pense que defendemos a inexistência de uma locução; intentamos demonstrar as etapas de estruturação sintática: na primeira etapa, o pronome “ele”, a que o “lhe” corresponde, se combina com a preposição “de”; na segunda etapa, o conjunto “de + ele” (“dele”) se combina com a forma “dentro”; e, na terceira etapa, o conjunto “dentro dele” se combina com a forma verbal “reboar”, ou, em outros termos, integra o sintagma verbal.

No exemplo (51), admite-se a alternância entre “de” e “a”, já que existem as variantes “em frente de” e “em frente a”; disso se seguem as formas “a ele” ou “dele” (cf. surgiu em frente a ele/ dele).

O exemplo (52) é interessante, na medida em que “lhe” pode comportar-se de duas maneiras diferentes. Primeiramente, é lícito entendê-lo como um dativo de posse, caso em que corresponde a um constituinte do tipo “de + ela” (“ela” = Macabéa), que se dispõe junto ao sintagma preposicional “no amarelado do rosto” (cf. “... bem que iria algum rosado de sangue no rosto dela”). Em segundo lugar, tendo em vista a acepção ‘ajustar-se, harmonizar’, “lhe” parece corresponder a um constituinte cuja estrutura pode ser descrita como ‘a\_\_SN’ ou ‘em\_\_SN’ (cf. “...[bem] que iria [bem] **a ela / nela** um rosado de sangue no rosto”). Trata-se de um emprego semelhante ao que se pode notar em frases como “A roupa não lhe

vai bem”, “Como lhe vai o calção?”. Cabe observar que, nesses casos, a paráfrase parece ser “A roupa não vai bem em você (nele)” ou “Como vai em você (nele) o calção?”, se bem que não negamos ser possível ver aí um constituinte “a você” (p. ex. A roupa vai bem a você / Como vai a você o calção?). Não obstante, é lícito concluir referir-se o “lhe” a um constituinte cuja estrutura é descrita como ‘em\_\_SN’, ainda que se possa admitir a alternância com ‘a\_\_SN’. Tais casos, quiçá, se justifiquem pela influência da regência “vestir alguma coisa em alguém” (p.ex. A mãe vestiu as calças no menino), a qual compartilha com a de “ir”, nos casos supracitados, o significado básico de ‘ajustar a roupa ao corpo’.

No exemplo de Clarice, a estrutura relacional do verbo “ir” prevê a atualização do constituinte formado por “em + subst. (ou pron.subst.)”, se bem que seja facultativo. Se entendemos que “lhe” se refere a “de\_\_SN” (cf. “...algum rosado de sangue no amarelado do rosto **dela**”), devemos considerá-lo um circunstante.

Outrossim, em (53) e (54), o pronome “lhe” corresponde à forma ‘de\_\_SN’. Cumpre distinguir, no entanto, dois comportamentos do “lhe”: em (53), a forma ‘de\_\_SN’ se prende à forma “em cima”, compondo com esta um sintagma complexo; em (54), aquela forma prende-se ao constituinte “aos pés”. Nesse último caso, “lhe” tem valor possessivo e, portanto, cumpre a função de dativo de posse.

No exemplo (55), o pronome também se refere a um constituinte cuja estrutura é descrita como ‘de\_\_SN’. Esse constituinte se prende à forma “por cima”.

É interessante perceber que o comportamento do “lhe” nos casos em que figura uma locução prepositiva ((50), (51), (53), (55)) perturba a análise tradicional, segundo a qual as formas “dentro de”, “em frente de/a”, “em cima de” e “por cima de” são “locuções prepositivas”; afinal, é patente a fragmentação do conjunto, quando do uso do pronome. Aquelas formas, quando co-ocorrem com “lhe”, não encerram a preposição “de” (na maioria dos casos, ou “a”), fato que nos leva a supor que o vínculo entre a preposição “de” e o resto da seqüência não é tão “sólido”.

### 6.7.1.2 Uma nota histórica

Consoante nos ensina Climent (1945: 310), pela categoria dativa, expressava-se, originariamente, dois tipos de significado: um gramatical e outro de ‘direção’ (lugar para onde). Observa também que certos estudiosos da época advogavam que a idéia de ‘direção’ deve ser considerada como “básica” para o estudo do comportamento sintático-semântico do dativo, visto que as desinências *-ei* e *-ai*, que indicavam o dativo, conquanto expressassem significado gramatical, serviam, primeiramente, à expressão da idéia de ‘lugar para onde’ (‘direção’). O autor ressalta, contudo, que, uma vez admitindo o ponto de vista daqueles estudiosos, não se pode explicar, por um lado, como a idéia de ‘lugar’ e o significado gramatical se fundiram numa única forma na sintaxe latina; por outro, como o dativo passou a admitir o uso da preposição e por que se relaciona, preferencialmente, a nomes que denotam ‘ser humano’.

Climent (1946: 310-311) propõe, pois, a hipótese segundo a qual cada qual das referidas desinências, tendo se especializado, originariamente, numa significação - *-ei* servia à expressão do significado “gramatical” (ou seja, por meio dela, o dativo se caracterizou como um caso gramatical); *-ai*, por sua vez, servia à expressão da idéia de ‘direção’ -, se juntaram a uma base<sup>49</sup> terminada em “vogal”, de sorte que o produto se tornara formalmente idêntico. O autor refere o exemplo do tema *equo*, ao qual se ajuntaram aquelas desinências, do que resultou a forma *equoi* para a expressão do dativo, enquanto caso gramatical e caso que indicava idéia de ‘direção’. Vale notar que, segundo Climent, admitindo-se a sua hipótese, havia, a princípio, um dativo propriamente dito, a saber, que exprimia o significado gramatical de ‘atribuição a’, e um dativo de direção, pelo qual se expressava a idéia de ‘lugar para onde’.

A hipótese de Climent pretende explicar por que uma única forma lingüística podia expressar, em latim, aquelas duas idéias. Também é baseando-se nessa hipótese que o autor vai explicar, por exemplo, a correlação entre as idéias de ‘pessoa a quem se destina a ação verbal’, ‘direção’ (‘lugar para onde’), ‘finalidade’ (‘direcionar-se a ação para certo objetivo’). Assim é que, no tocante ao dativo de direção, observa o autor que se usava esse dativo, em vez do dativo acusativo, para indicar o lugar a que se dirige a ação verbal. Após discorrer sobre

a interpretação de certos giros na sintaxe latina, um dos quais constituiria herança do indo-europeu, o autor conclui, à página 341, o seguinte:

“(...) el dativo de dirección arranca e deriva de un primitivo dativo complemento indirecto que al dejar de expresar un concepto personal evoca una idea local (...)”.

Acrescenta ainda que o processo pelo qual o dativo passou a expressar a idéia de ‘lugar para onde’ se dá em etapas. O autor dá-nos a saber as seguintes, com exemplos em espanhol: DAR A LA DIOSA DE LA MUERTE > ENVIAR A LA DIOSA DE LA MUERTE > ENVIAR A LA MUERTE > ENVIAR AL LUGAR DE LA MUERTE > ENVIAR AL ORCO > IR AL ORCO. Não é difícil traduzir essas construções para o português e distinguir nelas a entidade a quem se destina a ação (à deusa) e o lugar para onde se dirige a ação (ao lugar de morte, ao *orco*). Cumpre notar, nessa evolução proposta pelo autor, que não é tão nítido o limite das idéias de ‘finalidade’ e de ‘direção’, no giro *enviar a la muerte* (“enviar à morte”). O autor propõe que, em *dar a la diosa de la muerte*, há um complemento indireto (*a la diosa de la muerte*); em *enviar a diosa de la muerte*, já se nota uma idéia de ‘direção’; em *enviar a la muerte*, a idéia de ‘direção’ permanece, embora, quando do apagamento do substantivo concreto, pareça confundir-se com a idéia de ‘finalidade’, que nos parece cabível, em virtude de existir aí o substantivo abstrato “morte”; a idéia de ‘direção’ se consagra nos dois últimos giros, a saber, *enviar al orco* e *ir al orco*, dos quais se deduz um constituinte que indica idéia de ‘lugar’ (*orco*).

<sup>49</sup>. O termo “base” designa aqui o conjunto formado pelo radical e vogal temática.

No tocante à confluência das idéias de ‘direção’ e ‘finalidade’, cumpre dizer que há, em português, muitas construções em que a forma ‘a\_\_SN’ serve à expressão das duas idéias. Por exemplo, numa construção como “Vou ao clube”, “ao clube” indica a idéia de ‘lugar aonde’ (veja-se, aliás, que, pelo emprego da preposição “para” no lugar de “a”, nesses giros, marca-se bem a idéia de ‘direção’.); já em “Vou à festa do/no clube”, ou em “Vou à reunião do/no Departamento de Letras”, sobressai a idéia de ‘finalidade’<sup>50</sup> (cf. Vou à reunião do Departamento de Letras / Vou ao Departamento de Letras para a reunião.). O autor, à página 336, aponta para esse fato, observando que se deduz de construções desse tipo idéia de ‘movimento’, própria do verbo: no primeiro caso, orienta-se o movimento designado pelo verbo para um determinado lugar (‘direção’); no segundo, orienta-se esse movimento para a realização de um determinado objetivo (‘finalidade’).

Não se estendendo a discussão, cumpre notar, não raro, que a idéia de ‘lugar’, quando não implica a idéia de ‘direção’, pode confluir com a de ‘tempo’. Assim é que há ambigüidade em giros como “A pancadaria ocorreu na festa de Pedro”, no qual se atribui ao constituinte “na festa” tanto a idéia de ‘lugar’, por metonímia, quanto a idéia de ‘tempo’, deduzido do substantivo “festa”.

A pertinência dessas considerações de cunho histórico estriba-se na necessidade de ressaltar que os usos do “lhe” a que dispensamos tratamento é herança do passado. Como veremos, oportunamente, já ocorriam em épocas remotas da língua portuguesa.

Acrescente-se também que as considerações aqui apresentadas visam à apresentação, se bem que sumária, da relação entre as idéias de ‘pessoa a que se destina a ação’, ‘direção’ e ‘finalidade’ e a categoria dativo. Nesse tocante, fique claro que o dativo é, originariamente, definido como “o caso da atribuição”; por esse caso, portanto, se expressava a entidade que a ação do verbo “atinge” indiretamente. Na variedade mais estudada na língua portuguesa, por exemplo, o dativo ou o chamado objeto indireto indica, consoante Climent (p. 313), via de regra, a pessoa “afetada” pela conseqüência da ação verbal. Assim é que, em giros como “Enviei uma carta ao meu irmão que mora em São Paulo”, o termo “ao meu irmão” indica a entidade que é “afetada” pela conseqüência decorrente de “enviar a carta”: quem “envia uma carta” o faz a um “destinatário” (ao meu irmão).

---

50. Em espanhol, o autor apresenta os seguintes exemplos *me voy al Café* e *me voy a bailar* (1945, p. 336). No primeiro, destaca-se a idéia de ‘direção’; no segundo, a idéia de ‘finalidade’.

## 6. 8

### Construções formadas por verbo *ser* + adjetivo

Ocupar-nos-emos na discussão dos casos em que o pronome “lhe” se subordina a um adjetivo, na função sintática de predicativo, que seleciona, por meio de preposição obrigatória, um complemento de valor substantivo. Para efeito de análise, não distinguimos entre adjetivos que entram em construções na chamada voz passiva (“adjetivo-particípio”) e adjetivos que se acham fora desse esquema sintático-semântico. Trata-se, como se vê, de casos que a gramática tradicional chama “complemento nominal”. Há que notar o ponto de vista de certos autores antigos da língua portuguesa que viam aí um caso de objeto indireto, por influência do caso dativo.

Nos exemplos abaixo, destacamos o verbo “ser” e o adjetivo que se segue a ele:

(56) “**É-lhe indiferente** isso”. (*Miss Dollar* – Machado de Assis)

(57) “A carta **foi-lhe devolvida** sem resposta”. (*Miss Dollar* – Machado de Assis)

(58) “A vida não **lhe era má** e ele até economizava um pouco de dinheiro (...)” (*A Hora da Estrela* – Clarice Lispector, p. 45)

(59) “Não **lhe foi difícil** apanhar o segredo de Mendonça (...)”. (*Miss Dollar* – Machado de Assis)

(60) “(...) morta a tia, ela nunca mais fora a uma igreja porque não sentia nada e as divindades **lhe eram estranhas**”. (*A Hora da Estrela* – Clarice Lispector)

Em princípio, há mister de salientar que essas ocorrências do pronome “lhe” relacionam-se ao dativo subordinado, ou seja, ao dativo que figura na frase por exigência de uma palavra que o seleciona; nos casos que vamos analisar, essa palavra é o adjetivo que se segue ao verbo “ser”. O pronome deve ser considerado um actante; mas não um complemento nominal, porquanto não nos interessa aqui estudar o comportamento do “lhe”, incluindo-o em classes sintáticas pré-estabelecidas; demais, admitindo a classificação em “complemento nominal”, teremos de reconhecer a sua natureza pronominal. Assim é que, sendo um

pronome clítico, “lhe” vai subordinar-se ao acento tônico do verbo, posto que se refira a um constituinte que é encetado pela preposição “a” ou “para”, o qual, a seu turno, atrela-se ao nome (adjetivo).

Tomemos as estruturas relacionais dos adjetivos que figuram em nossos exemplos:

INDIFERENTE – X (ser) indiferente a Z

DEVOLVIDO – X (ser) devolvido a Z

MAU – X (ser) mau para Z

DIFÍCIL – X (ser) difícil a/ para Z

ESTRANHA – X (ser) estranho a /para Z

O adjetivo “devolvido”, derivando do verbo “devolver”, vai, naturalmente, herdar-lhe a regência. Outrossim, a fim de que não haja dúvida sobre a “transitividade” desses adjetivos, cumpre notar as ocorrências “Indiferente a ele, a menina saiu”, “Devolvida a prova ao professor, o aluno saiu”, etc., em que “indiferente” e “devolvida” empregam-se sem o verbo “ser”, numa forma de expressão “reduzida”. Esses casos são tratados na gramática tradicional como casos de “orações reduzidas”. Veja-se que “a ele”, por exemplo, acompanha o adjetivo “indiferente”, quando este é deslocado para outra posição (p.ex. a menina saiu indiferente a ele). Por outro lado, embora não seja aceitável (ou, pelo menos, tenha baixa aceitação) o deslocamento da forma reduzida “devolvida a prova ao professor”, não só é evidente a sinonímia estrutural entre “devolvida a prova ao professor” e “devolver a prova ao professor”, como também não é possível deslocar “ao professor” para depois do verbo “sair”, por exemplo; o procedimento acarreta inaceitabilidade (cf. \*devolvida a prova, o aluno saiu ao professor).

Não havendo dúvida sobre a transitividade desses adjetivos, importa destacar, como se percebe, nas estruturas relacionais apresentadas, que o pronome “lhe” faz referência a um constituinte que apresenta a estrutura ‘a/para\_\_\_SN’. Casos há em que se nota alternância entre as preposições “a” e “para”. Do ponto de vista semântico, o pronome “lhe” refere-se a um substantivo que designa ‘ser humano’ e que cumpre o papel de ‘destinatário’, no sentido lato.

Devemos reconhecer que as definições de papéis temáticos são muito inconsistentes; apresentam-se com variação num e noutro autor. O conceito de

‘destinatário’, tal como é entendido, geralmente, é mais nítido no exemplo (57), em virtude de o adjetivo “devolvida” originar-se do verbo “devolver”, o que faz que ele “herde” a natureza sintático-semântica desse verbo. Nos demais exemplos, o conceito de ‘destinatário’ deve ser dissociado da idéia de ‘movimento’ e deve ser interpretado como o ‘termo da semântica do adjetivo’, ou seja, a entidade a que a semântica do adjetivo “atinge” ou, em sentido inverso, a entidade que “demarca” essa semântica, indicando que o significado do adjetivo não se estende a outros termos.

Preterindo demasiada discussão teórica, não é boa lição o entender nesses casos um objeto indireto, já que esse termo relaciona-se a verbo; tampouco considerar o “lhe” um complemento nominal, dada a sua natureza pronominal. Esses empregos do “lhe”, correntes na sintaxe latina, dão-nos testemunho do caso dativo, que se subordina ao adjetivo; ademais, corroboram a idéia segundo a qual o “lhe” emprega-se em esquemas sintáticos variados.

### 6.8.1

#### **Construções com verbo semanticamente esvaziado**

Intentando evitar, de antemão, qualquer distinção entre construções com verbo suporte e expressões cristalizadas, o título desta seção expressa uma característica comum aos dois tipos de construção, conquanto reconheçamos que, no caso das construções com verbo suporte, o verbo conserva certo significado. Lembramos que Neves (1999; 2000) admite que esses dois tipos de construção comportam-se da mesma maneira, quando da aplicação dos testes de Radford (1988) ao conjunto formado por verbo + objeto. Admitindo a proposta de Neves, segundo a qual há construções que medeiam entre as expressões cristalizadas e as construções com verbo pleno, nas quais o grau de aderência dos elementos varia, e não sendo possível inserir uma determinada construção numa ou noutra classe, deveremos supor que se inclua entre as construções que permeiam entre aqueles dois tipos.

Para tanto, é necessário tomarmos alguns parâmetros, mediante os quais possamos distribuir as construções em dois grupos: o das que supostamente apresentem verbo-suporte e o das que pareçam ser expressões cristalizadas. Havendo alguma construção que escape à determinação proposta, diremos que

pertence a um outro grupo. É evidente que essa distribuição não é definitiva, senão provisória; serve-nos para uma reflexão mais cuidadosa sobre a natureza constitucional das construções.

Antes de apresentar os parâmetros para análise, citem-se os seguintes verbos que integram as referidas construções: “dar”, “fazer” e “ter”. São estes os parâmetros considerados:

Parâmetro 1 – as construções de verbo-suporte consideradas prototípicas apresentam um substantivo que não é precedido de determinante.

Parâmetro 2 – as construções com verbo-suporte se caracterizam, fundamentalmente, por apresentar um substantivo deverbal.

Parâmetro 3 – o substantivo que integra as construções de verbo-suporte pode corresponder a um verbo simples.

Seguem-se os exemplos colhidos em nossos *corpora*, aos quais vamos dispensar tratamento, doravante.

(61) “D. Severina apaziguava-o, com desculpas, a pobreza da comadre, o caiporismo do compadre, e **fazia-lhe carinhos**”. (*Uns Braços* – Machado de Assis)

(62) “Não negara a gentileza do noivo, nem **o amor** que **lhe tinha**, nem ainda algumas virtudes”. (*Pai contra Mãe* – Machado de Assis)

(63) “Tia Mônica devia ter-**lhes feito advertência**”. (*Pai contra Mãe* – Machado de Assis)

(64) “Mendonça recusou **o convite** que Jorge **lhe fez (...)**”. (*Miss Dollar* – Machado de Assis)

(65) “Meireles **fazia-lhe sinais** desesperado, alertando-o (...)”. (*Câmara Secreta* – Carlos Drummond de Andrade).

(66) “Ah pudesse eu pegar Macabéa, **dar-lhe um bom banho**, um prato de sopa quente, um beijo na testa enquanto a cobria com um cobertor”. (*A Hora da Estrela* – Clarice Lispector, p. 59)

(67) “Na hora em que Olímpico **lhe dera o fora**, a reação dela (explosão) veio de repente inesperada: pô-se sem mais nem menos a rir”. (*A Hora da Estrela* – Clarice Lispector, p. 61)

Vejam-se, agora, a estrutura dessas construções em que figura o pronome “lhe”.

FAZER – X fazer carinhos em Z

X fazer convite a Z

X fazer sinais a / para Z

X fazer advertência a Z

TER – X ter amor a/ por Z

DAR – X dar um (bom) banho em Z

X dar o fora em Z

Não nos excederemos na tentativa de classificação dessas construções, decerto, já que não convém aqui nos deter a discutir outro fenômeno lingüístico. Lançando mão do primeiro critério, damos a saber abaixo a primeira distribuição.

Parâmetro 1:

a) Construções de Verbo-Suporte

fazer carinhos

fazer advertência

fazer sinais

b) Expressões cristalizadas

ter amor

fazer o convite

dar um banho

dar o fora

Recorrendo ao segundo critério, observamos acentuada discrepância entre as distribuições. Vejamos o resultado.

Parâmetro 2:

a) Construções com verbo-suporte:

fazer advertência

dar um banho

b) Expressões cristalizadas:

ter amor

dar o fora

fazer carinhos

fazer sinais

fazer o convite

Pelo terceiro e último critério, propõe-se outra distribuição:

Parâmetro 3:

a) Construções com verbo-suporte:

fazer advertência (= advertir)

fazer o convite (= convidar)

fazer carinhos (= acarinhar)

fazer sinais (= sinalizar)

dar um banho (= banhar)

ter (o) amor (= amar)

dar o fora (= dispensar alguém)

As classificações apresentadas, quando aplicamos - um de cada vez - os três critérios propostos não satisfazem a nossa intuição. Lançando olhar à primeira distribuição, pensamos que as construções “dar um banho”, “fazer convite” devem integrar o grupo das construções com verbo-suporte, já que, como é possível depreender dos casos mais triviais de construções de verbo-suporte, são

constituídas por um nome abstrato deverbal. Por outro lado, devemos admitir que “fazer carinhos” e “fazer sinais” devem ser relegadas ao grupo das construções cristalizadas, já que se constroem em torno de um substantivo concreto.

Cabe advertir que algumas construções podem não pertencer a nenhuma das duas classes, caso em que seria necessário admitir uma classe intermediária entre os dois extremos (o das construções cristalizadas e o das construções formadas por verbo pleno). O primeiro parâmetro explicita uma característica típica de construções com verbo-suporte; no entanto, não constitui uma característica relevante para efeito de classificação, já que a determinação do substantivo que integra aquelas construções está condicionada a fatores de ordem sintático-discursiva. Veja-se, por exemplo, que o narrador machadiano precede o artigo ao substantivo “amor”, em (80), pela necessidade de atualização do ‘dado’ designado por “amor” (que, provavelmente, já fora anunciado) e pela própria estruturação sintática (o substantivo é reproduzido pelo pronome relativo “que” na oração seguinte). Veja-se que, ao reproduzir esse substantivo na oração seguinte, dispondo-o, portanto, junto à forma “tinha”, o artigo é suprimido (“tinha amor”).

Vale notar que Neves não nega que possam ser referenciais os sintagmas nominais que entram a fazer parte das construções de verbo-suporte.

De acordo com o segundo critério, que expressa uma característica importante das construções com verbo-suporte – característica lembrada por Busse e Vilela (1986: 81) – não podemos incluir entre as construções com verbo-suporte perífrases do tipo “fazer convite”, “ter amor”, as quais, embora não derivem do verbo, são substantivos abstratos. É claro que “convite”, na acepção de ‘pedaço de papel com que se convida formalmente’, é um substantivo concreto; mas, na referida construção, é abstrato.

O terceiro parâmetro não nos aproveita para efeito de discriminação das perífrases, já que, como observa Neves (2000: 54), tanto as construções com verbo-suporte quanto as expressões cristalizadas podem ser parafraseadas mediante um verbo simples.

Uma classificação satisfatória exigiria o recurso aos testes apresentados em Neves (1999: 103-109), o que nos custaria desnecessário trabalho. Levando em conta, por um lado, que as construções de verbo-suporte são formadas por substantivo deverbal e, por outro, que o verbo conserva certo sentido, vamos admitir que as seguintes perífrases podem ser consideradas como formadas por

verbo-suporte: “fazer advertência” e “dar um banho”. Também vamos admitir que a construção “dar o fora”, porque é constituída por uma palavra substantivada e porque o verbo “dar” parece ser semanticamente mais esvaziado do que o verbo “dar”, em “dar um banho”, vamos admitir que seja uma expressão cristalizada. Veja-se, por exemplo, que, em “dar um (bom) banho”, a seqüência “um banho” admite coordenação com outro constituinte. De sorte, a narradora de *A Hora da Estrela* escreveu “(...) **dar-lhe um bom banho**, um prato de sopa quente, **um beijo na testa** (...)”. Há que notar que intermedeia as duas seqüências em negrito um constituinte (objeto direto) do verbo “dar”, funcionando como verbo pleno (cf. “dar um prato de sopa quente [a Macabéa]”). As demais construções serão consideradas um terceiro tipo de construção, cujo verbo, apresentando um certo esvaziamento semântico, se combina com um substantivo que não é abstrato; portanto, não poderiam ser incluídas entre as construções com verbo-suporte. Por outro lado, não resultam de “gramaticalização”. Note-se a construção “faz parte”, em “O artigo de Neves faz parte da revista Palavra”. Essa construção não pode ser parafraseada com o verbo “participar”. Acrescente-se que o sentido de “fazer” o significado lexical de “fazer” é tão esvaziado, que poderíamos substituí-lo, sob certas condições discursivas, pelo verbo “ser” (cf. “O artigo de Neves é parte (integrante) da coletânea de artigos da revista Palavra”). Atente-se, também, ao uso dessa perífrase em situações como: falante A diz: - O técnico está se queixando dos puxões de camisa na área... . O falante B completa: - ... Não deveria... Faz parte! É verdade que é discutível o haver similaridade semântica nos dois empregos da perífrase “faz parte”; ademais, o último emprego tem acentuado valor pragmático. Apesar da diferença semântica e das necessidades pragmáticas que motivem o seu emprego, sobretudo no último caso, não se negue que o conjunto constitui um bloco com significado unitário.

Do exposto, pode-se deduzir uma nova distribuição daquelas construções:

a) Construções com verbo-suporte:

fazer advertência

dar um banho

b) Construções de outro tipo:

fazer convite

fazer carinhos

fazer sinais

ter amor

c) Expressões cristalizadas:

dar o fora

Devemos lembrar que essa nova distribuição não nos impede de admitir que as construções em b) possam ser consideradas como exemplos de perífrases com verbo-suporte, ou como exemplos de expressões cristalizadas, já que, consoante Neves (1999:99), certas construções podem assemelhar-se, de acordo com o seu grau de “gramaticalização”, ora às construções que se acham num extremo (o das construções com verbo pleno), ora às construções que se situam noutra extremidade (o das expressões cristalizadas). Acreditamos que elas possam constituir um subtipo de construções com verbo-suporte, ou possam ser inseridas numa terceira classe que intermedeia as duas classes extremas.

Cuidando justificada essa última distribuição, vamo-nos dedicar à análise do comportamento do “lhe” nos exemplos de nossos *corpora*.

Em primeiro lugar, importa ficar claro que o pronome “lhe”, consoante temos defendido, figura em esquemas sintáticos bem variados, do ponto de vista da natureza morfossemântica dos elementos constituintes. Vimos até o momento, entre outras coisas, que o pronome “lhe” insere-se em construções formadas por verbo e sintagma preposicional com valor adverbial, em construções com “verbo *ser* + adjetivo”, em construções cujo verbo seleciona uma preposição diferente de “a”. Nesta seção, vamos dispensar atenção ao comportamento do pronome “lhe” em construções de natureza específica, se cotejadas às outras tantas vistas anteriormente.

De maneira geral, o “lhe”, nos exemplos referidos, substitui um constituinte cuja estrutura pode ser descrita como ‘a/para \_\_SN’, mas pode referir-se a estruturas outras, tais como ‘por\_\_SN’ (em (62)) e ‘em\_\_SN’ (em (61), (66), (67)). Impõe-se reconhecer um problema que, não estando resolvido no estudo de Neves, acarreta-nos uma controvérsia da qual não nos podemos alhear. Os constituintes a que se refere o pronome “lhe” são selecionados pelo “nome”, que a construção encerra, ou pelo conjunto “verbo + nome”? Assume-se que essa

dificuldade em determinar o elemento “regente” dessas construções estriba-se na dificuldade de determinar o grau de gramaticalização delas. Em outras palavras, só podemos saber se o nome é que seleciona o constituinte preposicionado, ou se é toda a construção que o faz, caso determinemos o grau de gramaticalização dessas construções. Destarte, quanto mais “gramaticalizada” a construção tanto mais possível a subordinação do constituinte preposicionado ao conjunto; e quanto menos “gramaticalizada” for a construção, tanto mais será a possibilidade de o nome selecionar aquele constituinte.

Cuidamos que a gramaticalização parece maior em “dar o fora”, como se deduz da distribuição dessa unidade, que é considerada um exemplo de expressão cristalizada. Assim, diremos que o “lhe”, no exemplo (66), refere-se a um constituinte que se subordina a toda a construção. Por outro lado, porque são derivados de verbos, em “dar banho” e “fazer advertência”, os substantivos “banho” e “advertência” é que selecionam o constituinte a que “lhe” se refere. No que toca aos demais casos, vale notar que os substantivos “convite”, “carinho”, “sinal” e “amor” podem figurar desacompanhados dos verbos “fazer” e “ter”, em giros como “O convite à Glória não agradou aos irmãos”, “O carinho de Joana em Renato causava ciúmes em Elisa”, “Os sinais de Júnior ao motorista não fizeram que este parasse o ônibus”, “O amor de Maria por/ a Pedro era notório”. Escusa dizer que “carinho” está empregado como substantivo concreto; na acepção abstrata, regeria “por” (ou “(para)com”). Veja-se, por exemplo, “O carinho dos pais pelo filho (ou para com o filho)”.

Do exposto, vamos admitir que o “lhe”, em todos os exemplos, refere-se a um constituinte preposicionado que é selecionado pelo “nome-objeto” dos verbos “ter”, “fazer” e “dar”, afora o caso da construção “dar o fora”, em que todo o conjunto governa a seleção do complemento.

Não se suponha, contudo, que nosso ponto de vista se pretende definitivo e irrefutável; é provável que uma análise mais acurada da natureza sintático-semântica das construções em que se topam aqueles verbos leve-nos a concluir contrariamente a nossa proposta; no momento, entretanto, parece-nos uma proposta aceitável, porque coerente com o enfoque do comportamento do pronome “lhe”, apresentado neste trabalho.

Do ponto de vista semântico, o pronome “lhe” refere-se a constituintes cujo substantivo desempenha um dentre os seguintes papéis temáticos: “destinatário”

(em (63), (64) e (65)), “paciente” (em (61), (62), (66) e (67)). Destarte, pensamos que não ferimos a coerência de nosso trabalho, no que toca à concepção do papel de ‘destinatário’. Entendemos que, em giros como “fazer carinho em”, “dar banho em”, “ter amor a”, o substantivo que designa a entidade que recebe carinho, em quem se dá banho e por quem se nutre amor deve ser considerado como “objeto afetado” pela semântica dos nomes “carinho”, “banho” e “amor”; daí se concluir o propor o papel temático “paciente”. Por outro lado, em “fazer advertência a”, “fazer sinais a” e “fazer convite a”, cuidamos haver uma referência a substantivo cujo papel temático é o “destinatário”, quer na acepção de ‘entidade a que se destina a ação’, típica em estado-de-coisas de que se deduz idéia de ‘movimento’, quer numa acepção mais lata e, decerto, mais abstrata, de ‘entidade que demarca a semântica do nome (ou verbo)’. Em giros como “fazer advertência a”, “fazer sinais a”, é evidente a primeira acepção de “destinatário”; em “fazer convite a”, parece destacar-se mais a segunda acepção.

Acreditamos que entender o conceito de “destinatário” em duas perspectivas concorre para aclarar a relação semântica depreendida de giros como “Pedro é favorável ao debate político televisivo”, “A mãe proibiu ao filho que fosse à festa”, nos quais os constituintes “ao debate político” e “ao filho” podem cumprir o papel de “destinatário”, mas não na acepção como é entendido em “Entregamos o bilhete ao porteiro do prédio”.

O estudo dos papéis temáticos integrado na teoria gramatical pode ser muito útil para que compreendamos melhor como os significados estão codificados na língua em uso e como esses significados se relacionam para efeito de interpretação das expressões lingüísticas produzidas pelos usuários da língua. Concordamos, no entanto, que, muita vez, o tipo de relacionamento sintático entre uma unidade e outra não encontra um correspondente semântico descritivo. Um exemplo simples dessa situação pode-se ver nas frases “O engenheiro construiu a casa” e “Gosto de sorvete”. A relação semântica entre o verbo “construir” e seu complemento “a casa”, por um lado; e entre o verbo “gostar” e seu complemento “de sorvete”, por outro, pode ser descrita mediante a postulação de um papel temático como ‘objeto’. A definição de “objeto”, no entanto, varia de um para outro exemplo. No exemplo com o verbo “construir”, o “objeto” é a coisa resultante da ação do verbo (ou, simplesmente, o resultado da ação); no exemplo com verbo “gostar”, o “objeto” é algo que desperta prazer quando da aplicação de

um de nossos cinco sentidos (o paladar) e, portanto, é algo que é “alvo” de apreciação. Disso se segue o sugerir outra designação que recubra este último tipo de relação semântica, ou, no mínimo, o estender o conceito de ‘objeto’, fazendo-o que ele represente outros tipos de relação semântica afim. Nem uma nem outra alternativa é interessante, para efeito de descrição lingüística. Parece-nos que o problema decorre, por um lado, da própria combinação entre as unidades: em certas combinações não é tão nítido o tipo de relação semântica estabelecido. Por outro lado, a postulação de um papel temático depende do grau de abstração semântica do estudioso. Em decorrência da variabilidade dessa abstração, se acham à farta diferentes tipos de papéis temáticos, definidos segundo perspectiva diversa.

Finalmente, no tangente ao uso do “lhe” naquelas construções, vale dizer que o pronome deve ser considerado um actante de algum tipo, mas não cabe considerá-lo um complemento nominal, como o suporia a gramática tradicional.

### 6.8.2

#### **Os exemplos de *lhe* como substituto anafórico de substantivo [-animado] na literatura lingüística**

Consoante disséramos, vamos apresentar nesta seção final os exemplos colhidos da literatura lingüística, em que o “lhe” faz referência a substantivo [-animado]. Importa, nesta seção, destacar tão-só esse fato, já que nos bastam as considerações acerca do seu comportamento feitas nas seções anteriores. Escusa, portanto, reiterá-las. Como já tratamos desses casos nos exemplos da Literatura, cingimo-nos a destacar, em negrito, o pronome e a expressão a que se refere. Nessa expressão, se acha o substantivo [-animado].

Cumprer atentar para os seguintes exemplos:

(68) “Os **verbos** podem também fazer certas exigências concernentes à forma das orações que **lhes** são subordinadas”. (Perini – *GDP*, 2004: 160).

(69) “As exigências feitas pelos **verbos** quanto à forma das orações que **lhes** são subordinadas são muito variadas (...)”. (Perini, *GDP*, 2004: 177).

(70) “A concordância verbal, tal como entendida nesta análise, compreende basicamente alguns procedimentos que rotulam certos **sintagmas**, atribuindo-**lhes** funções sintáticas”. (Perini – *GDP*, 2004: 187)

(71) “(...) e portanto a **frase** é bem formada. Posteriormente, as regras semânticas a processam, atribuindo-**lhe** uma interpretação na qual o agente é “eu”. (Perini – *GDP*, 2004: 192)

(72) “A **Linguística**, embora seja uma ciência humana, tem valorizado a linguagem formal como a sua escrita própria. Isto **lhe** deu uma posição de destaque entre as ciências humanas”. (Orlandi, 2005: 16)

(73) “Ademais, esses conectores, ao introduzirem um **enunciado**, determinando-**lhe** a orientação argumentativa”. (Koch, 2004: 72)

(74) “(...) como foi dito no capítulo anterior, que o **referente** representado por um nome ou sintagma nominal (SN) vai incorporando traços que **lhe** vão sendo agregados à medida que o texto se desenvolve”. (Koch, 2004: 31)

(75) “Pretendo, neste capítulo, proceder a uma reflexão sobre os **conceitos** tão frequentes na literatura linguística contemporânea de intertextualidade e polifonia, com o intuito, inclusive, de verificar, através da determinação das características e do âmbito de abrangência que **lhes** têm atribuídos, se designam um só fenômeno (...)”. (Koch, 2003: 59)

(76) “No texto 2, da página 31, tem-se o início catafórico, já que o referente da **expressão** “dona de uma luminosidade fantástica” é a *ilha de Itaparica*, que se **lhe** segue no texto”. (Koch, 2003: 59).

(77) “Entre os objetivos do estudo da linguagem está, portanto, a descoberta dos mecanismos e procedimentos que utilizamos tanto para produzir os **sonoros** e **gráficos** que constituem nossos discursos quanto para atribuir-**lhes** sentido.” (Azeredo, 2002: 11)

(78) “(...) a regência do **verbo transitivo** impõe ao pronome pessoal que **lhe** serve de objeto as formas oblíquas átonas: *o, a, os, as, me, te, se, nos, vos* (...)”. (Azeredo, 2002: 179. seção 360)

(79) “Resta o problema de saber se tal gramática é possível (...) Ou, em outros termos, se o **estudo sincrônico** é possível sem um paralelo estudo diacrônico que **lhe** sirva de apoio”. (Câmara, Jr., 2004: 14).

(80) “O **predicado** de uma oração pode ser *simples* ou *complexo*, conforme o conteúdo léxico do verbo que **lhe** serve de núcleo”. (Bechara, 2002: 414)

(81) “Muitas vezes aparece depois de certos **verbos** uma preposição que mais serve para **lhes** acrescentar um novo matiz de sentido do que reger o complemento desses mesmos verbos”. (Bechara, 2002: 419)

(82) “A classificação corrente é atribuir a *dez horas* a função de predicativo. Como o verbo é impessoal e está, por concordância atrativa, no plural, tem-se **lhe** proposto a função de sujeito”. (Bechara, 2002: 428)

(84) “Tais diferenças levaram alguns autores a dar outra classificação a **predicativos** dessa natureza: Said Ali chamou-**lhes** *anexo predicativo (...)*”. (Bechara, 2002: 482)

(85) “(...) o pronome *que* inicia as **orações** *que eu pensei, que não queres, dando-**lhes*** o caráter de adjetivas (...)”. (Bechara, 2002: 489)

(86) “O adjetivo é geralmente definido como a palavra que acompanha o **substantivo** para atribuir-**lhe** uma propriedade ou qualidade”. (Basilio, 2004: 88)

(87) “Fatores sociais devem ter determinado o aparecimento de uma categoria lingüística. No entanto, as **categorias** perderam qualquer relação com as causas que **lhes** deram origens e ganharam autonomia”. (Fiorin, 2005: 15)

(88) “\* A entoação, traço essencial para a conceituação da **frase**, é o que **lhe** dá, a esta, unidade de sentido, demarcando-**lhe** o começo e o fim, e apontando-**lhe** o propósito (declarativo, interrogativo, etc.)”. (Rocha Lima, 2001: 232)

(89) “Serve de modelo a **frase declarativa**, manifestação de um juízo, sem qualquer traço dominante de natureza emotiva, capaz de perturbar-**lhe** a organização gramatical”. (Rocha Lima, 2001: 234).

## 6.9

### Uma nota final: registro histórico

Gostaríamos de levar a cabo nossa análise do comportamento sintático-discursivo do pronome “**lhe**”, ressaltando que muitos dos empregos contemplados neste trabalho encontram registro em textos escritos do português arcaico, como nos dão testemunho os seguintes passos<sup>51</sup>:

“ E el-rei, que viu viir, volveu a ele e britou a lança em ele. E o cavaleiro, que alcançou em descuberto, feri-o tam rijamente que **lhe falsou a loriga e meteu-**lhe**** o ferro da lança per sô a espádua seestra, e lançou-o em terra. Depois deceu e **filhou-**lhe**** o escudo e subiu em seu cavalo (...)”. (*Demanda do Santo Graal*, cap. 49)

“- Senhor, disse el, todos os desta terra dizem, e eu bem cuido que é verdade, que aquel que **lhe poder tirar** a carta da mão saberá a verdade desta árvor, ca em na carta jaz a verdade (...)”. (*Demanda do Santo Graal*, cap. 30)

“Grande licença deu a afeição a muitos que tiveram cárrego d’ordenar estórias, moormente dos senhores em cuja mercee e terra viviam u foram nados seus antigos avoos, **seendo-lhe** muito **favorávees** no recontamento de seus feitos”. (*Quadros da crônica de D. João I* – prólogo, p. 17)

<sup>51</sup> Os exemplos foram colhidos, respectivamente, de *Demanda de Santo Graal*. Editor: Pe. Augusto Magne. Instituto Nacional do Livro. Rio de Janeiro, 1955, vol. 1. Reprodução fac-símile de transcrição crítica do códice 2594 da Biblioteca Nacional de Viena; e de Lopes, Fernão. *Quadros da Crônica de D. João I*. Rodrigues Lapa (org.). Belo Horizonte: Itatiaia, 1960.